

EDITAL RETIFICADO**BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A****BANDES****SÍNTESE DO OBJETO E PROCEDIMENTOS****Pregão BANDES Eletrônico:** 2023/010**Processo Administrativo:** 029/2023**UASG:** 926968**Critério de Julgamento:** Menor Preço Global**Regime de Contratação:** Contratação por Preço Unitário**Objeto**

Contratação de empresa para prestação de serviço de informação de crédito para análise cadastral de clientes, para atender a demanda do BANDES, conforme especificações estabelecidas neste Edital e de seus Anexos.

| | |
|-----------|------------------------------------|
| ANEXO I | TERMO DE REFERÊNCIA |
| ANEXO II | DOCUMENTOS HABILITATÓRIOS |
| ANEXO III | APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS |
| ANEXO IV | DECLARAÇÃO |
| ANEXO V | DECLARAÇÃO LGPD |
| ANEXO VI | MINUTA DE CONTRATO |

Início de Recebimento das Propostas**Data:** 26/05/2023**Horário:** 14h**Início da Sessão Pública de Disputa de Preços****Data:** 20/06/2023**Horário:** 14h**Local**Portal de Compras do Governo Federal – www.gov.br/compras**Consulta ao Edital e Divulgação de Informações**

O edital, avisos, eventuais alterações, decisões e versões digitalizadas de documentos produzidos ficarão disponíveis nos sites www.gov.br/compras e www.bandes.com.br.

SUMÁRIO

| | | |
|------------|---|-----------|
| 1. | DISPOSIÇÕES PRELIMINARES | 3 |
| 2. | DO OBJETO | 3 |
| 3. | DAS DISPOSIÇÕES GERAIS | 4 |
| 4. | DO SUPORTE LEGAL | 4 |
| 5. | DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES | 5 |
| 6. | DO CREDENCIAMENTO | 5 |
| 7. | DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO | 6 |
| 8. | DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA | 7 |
| 9. | DA FORMULAÇÃO DE LANCES E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS | 9 |
| 10. | DA NEGOCIAÇÃO | 11 |
| 11. | DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA | 11 |
| 12. | DA HABILITAÇÃO | 13 |
| 13. | DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA | 14 |
| 14. | DOS RECURSOS | 14 |
| 15. | DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA | 15 |
| 16. | DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO | 15 |
| 17. | DA CONTRATAÇÃO | 15 |
| 18. | DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS | 16 |
| 19. | DA CONDUTA ÉTICA DO LICITANTE E DO BANDES | 17 |
| 20. | DAS DISPOSIÇÕES FINAIS | 18 |
| | ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA | 20 |
| | ANEXO II – DOCUMENTOS HABILITATÓRIOS | 39 |
| | ANEXO III – APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS | 43 |
| | ANEXO IV – DECLARAÇÃO | 45 |
| | ANEXO V – DECLARAÇÃO LGPD | 46 |
| | ANEXO VI – MINUTA DE CONTRATO | 47 |

PREGÃO BANDES ELETRÔNICO Nº 2023/010

EDITAL

O **BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A**, instituição financeira constituída sob a forma jurídica de sociedade anônima de economia mista, com sede na Av. Princesa Isabel, 54, Centro – Vitória/ES, a seguir denominado simplesmente **BANDES**, por intermédio da Gerência de Recursos Humanos e Serviços Administrativos torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade Pregão BANDES Eletrônico, doravante apenas Pregão, por menor preço global para o grupo de itens, em sessão pública, por meio do Portal de Compras do Governo Federal - www.gov.br/compras, e observando-se as condições estabelecidas neste Edital e nos Anexos que o integram.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.
- 1.2. Os trabalhos serão conduzidos por colaborador do BANDES, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o Portal de Compras do Governo Federal - www.gov.br/compras.
- 1.3. As empresas interessadas em participar do certame deverão retirar o Edital nos sites www.bandes.com.br ou no Portal de Compras do Governo Federal - www.gov.br/compras, ficando obrigadas a acompanhar as publicações referentes à licitação nestes endereços eletrônicos, como também no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, tendo em vista a possibilidade de alterações e avisos sobre o procedimento.
- 1.4. INÍCIO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:

Data: 26/05/2023
Horário: 14h
- 1.5. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:

Data: 20/06/2023
Horário: 14h
- 1.6. As dúvidas, pedidos de esclarecimentos e impugnações acerca do presente Edital deverão ser encaminhadas à Gerência de Recursos Humanos e Serviços Administrativos, por meio do e-mail: pregao@bandes.com.br, até o **dia 13/06/2023, às 18h**.
- 1.7. Na contagem de todos os prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.
- 1.8. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente do BANDES.

2. DO OBJETO

- 2.1. Contratação de empresa para prestação de serviço de informação de crédito para análise cadastral de clientes, para atender a demanda do BANDES, conforme especificações estabelecidas neste Edital e de seus Anexos.
- 2.2. A licitação será realizada em GRUPO ÚNICO, formado por CINCO itens, conforme tabela constante do Anexo I (Termo de Referência), devendo oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

- 2.3. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO GLOBAL do grupo de itens.**
- 2.4. As especificações e detalhes do objeto estão contidos no Anexo I (Termo de Referência), do Edital deste Pregão.

3. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 3.1. O objeto do Pregão será executado em regime de Contratação por Preço Unitário.
- 3.2. O critério de julgamento das propostas será o **“MENOR PREÇO” relativo ao valor global.**
- 3.3. O prazo de vigência do contrato será de **24 (vinte e quatro) meses**, admitidas prorrogações nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos do BANDES.
- 3.4. **O preço unitário e global máximo admitido para o item do presente processo licitatório é sigiloso e será informado após a fase de lances e antes da negociação.**
- 3.5. Integram o presente Edital:
 - a. Anexo I - Termo de Referência
 - b. Anexo II - Documentos Habilitatórios
 - c. Anexo III - Apresentação da Proposta de Preços
 - d. Anexo IV - Declaração
 - e. Anexo V - Declaração LGPD
 - f. Anexo VI - Minuta de Contrato
- 3.6. As despesas com a execução do objeto contratado provêm de recursos próprios da BANDES.

4. DO SUPORTE LEGAL

- 4.1. A legislação que regula esta licitação e os documentos que a instruem são os seguintes:
 - a. Lei Federal nº 13.303, de 30/06/2016;
 - b. Regulamento de Licitações e Contratos do BANDES, disponível em www.bandes.com.br;
 - c. Código de Conduta para Fornecedores e Parceiros de Negócio do BANDES disponível em www.bandes.com.br;
 - d. Política de Transação com Partes Relacionadas do BANDES, disponível em www.bandes.com.br;
 - e. Decreto Federal nº 10.024, de 20/09/2019, no que couber;
 - f. Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e alterações);
 - g. Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados);
 - h. Lei Federal nº 12.846/2013, de 01/08/2013 (Lei Anticorrupção);
 - i. Aviso de Licitação;
 - j. Edital de Licitação;
 - k. Minuta do Contrato;
 - l. Anexos do Edital.

5. DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

- 5.1. As impugnações e pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados exclusivamente para o endereço eletrônico pregao@bandes.com.br, devendo ser informados, no campo “assunto”, a modalidade e o número deste Pregão.
- 5.2. Até o 5º dia útil antes da data fixada para a abertura da sessão pública, estabelecida no item 1.6, qualquer pessoa poderá impugnar o instrumento convocatório ou solicitar esclarecimentos acerca deste Pregão. Não serão conhecidas as impugnações e pedidos de esclarecimentos apresentados fora do prazo estipulado no item 1.6.
- 5.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, julgar e responder à impugnação ou dar as respostas aos pedidos de esclarecimentos em até 03 (três) dias úteis contados da interposição.
- 5.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
 - 5.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 5.5. Caso se verifique a necessidade de um aprofundamento maior de questão levantada pelo questionamento, impugnação ou a necessidade de alteração no instrumento convocatório, o Pregoeiro providenciará, em prazo hábil, o adiamento ou a suspensão da sessão pública.
- 5.6. Na hipótese de o Pregoeiro não decidir a impugnação ou não responder o pedido de esclarecimentos até a data fixada para a entrega das propostas, o Pregão deverá ser adiado, convocando-se nova data para entrega das propostas com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis.
- 5.7. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 5.8. Se a impugnação for julgada improcedente, o Pregoeiro deverá comunicar a decisão diretamente ao impugnante, dando seguimento à licitação.
- 5.9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e no site do BANDES, www.bandes.com.br e vincularão os participantes e o BANDES.

6. DO CREDENCIAMENTO

- 6.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 6.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.
- 6.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 6.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do BANDES por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 6.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

- 6.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

- 7.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 7.2. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.
- 7.3. Não poderá participar desta licitação o interessado:
- I. Cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social e seja conselheiro, diretor ou empregado do BANDES;
 - II. Que esteja cumprindo a pena de suspensão do direito de licitar e contratar aplicada pelo BANDES;
 - III. Que tenha sido declarado impedido de licitar e contratar com os órgãos, entidades e ou empresas públicas integrantes da Administração Pública do Estado do Espírito Santo, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
 - IV. Que tenha sido declarado inidôneo pela União, por Estados ou pelo Distrito Federal;
 - V. Que seja constituído por sócio de empresa que estiver suspenso, impedido ou declarado inidôneo, nos mesmos âmbitos dos incisos II, III e IV;
 - VI. Cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, nos mesmos âmbitos dos incisos II, III e IV;
 - VII. Que seja constituído por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, nos mesmos âmbitos dos incisos II, III e IV, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
 - VIII. Cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
 - IX. Que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea, no mesmo âmbito do inciso IV;
 - X. Colaborador ou diretor do BANDES;
 - XI. Que tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
 - a. Diretor do BANDES;
 - b. Colaborador do BANDES cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;
 - c. Governador do Estado do Espírito Santo;
 - XII. Empresa cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com o BANDES há menos de 06 (seis) meses.
 - XIII. Empresas que estejam em falência, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores ou insolvência, processo de dissolução ou liquidação. Nos casos de recuperação judicial, os interessados poderão participar

da licitação, desde que apresente certidão emitida pela instância judicial certificando sua aptidão econômica e financeira para participar do presente procedimento licitatório.

XIV. Esteja organizado sob a forma de consórcio.

- 7.4. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.
- 7.5. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 7.5.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
 - 7.5.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame.
 - 7.5.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
 - 7.5.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
 - 7.5.3. Que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias.
 - 7.5.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
 - 7.5.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.
 - 7.5.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.
 - 7.5.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
 - 7.5.8. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 7.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 8.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, **concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital**, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

- 8.2. O envio da proposta, acompanhado dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 8.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- 8.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 8.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 8.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.
- 8.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 8.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 8.9. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 8.9.1. **VALOR UNITÁRIO para cada um dos cinco itens do grupo, conforme especificações deste Edital e seus Anexos;**
- 8.9.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.
- 8.10. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a CONTRATADA.
- 8.11. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de proposta de preços, conforme anexo deste Edital.
- 8.12. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:
- 8.12.1. Cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;
- 8.12.2. Cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.
- 8.13. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 8.14. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

- 8.15. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 8.16. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.
- 8.16.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Órgãos de Controle, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa CONTRATADA ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

9. DA FORMULAÇÃO DE LANCES E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 9.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.
- 9.2.1. Também será desclassificada a proposta que **identifique o licitante**.
- 9.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 9.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 9.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 9.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 9.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 9.5.1. **A disputa será pelo VALOR GLOBAL do grupo de itens.**
- 9.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 9.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 9.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de 1% (um por cento)**.
- 9.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante **não poderá ser inferior a vinte (20) segundos** e o intervalo entre lances **não poderá ser inferior a três (3) segundos**, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 9.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

- 9.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 9.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 9.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 9.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 9.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 9.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 9.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 9.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente depois de decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 9.19. O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 9.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 9.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 9.22. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou do melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 9.23. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 9.24. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 9.25. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

- 9.26. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 9.26.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:
- 9.26.1.1. Prestados por empresas brasileiras;
- 9.26.1.2. Prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 9.26.1.3. Prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 9.27. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

10. DA NEGOCIAÇÃO

- 10.1. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro divulgará, pelo chat do sistema eletrônico, o preço máximo unitário e global para contratação pelo BANDES.
- 10.2. O Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante para que seja obtido melhor preço, conforme Art. 67 do Regulamento de Licitações e Contratos do BANDES, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.
- 10.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 10.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no **prazo de até 02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, conforme modelo constante do Anexo III (Apresentação da Proposta de Preços), acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 10.5. **Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior aos PREÇOS MÁXIMOS UNITÁRIOS e/ou GLOBAL, divulgados conforme item 10.1, aceito pelo BANDES para contratação.**
- 10.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 10.7. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 10.8. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

11. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 11.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

- 11.2. O Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.
- 11.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que:
- 11.3.1. Não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;
 - 11.3.2. Contenha vício insanável ou ilegalidade;
 - 11.3.3. Não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;
 - 11.3.4. Apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
 - 11.3.4.1. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
 - a. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
 - b. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 11.4. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 11.4.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 11.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **até 02 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.
- 11.5.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
 - 11.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.
- 11.6. Erros no preenchimento da proposta ou planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço proposto.
- 11.6.1. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor da proposta apresentada, seja quanto ao preço ou quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas, desde que não venham a causar prejuízos aos demais licitantes.

- 11.7. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 11.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 11.9. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 11.10. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 11.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

12. DA HABILITAÇÃO

- 12.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
 - 12.1.1. Cadastro do BANDES, para verificação dos impedimentos listados no item 7.3 deste Edital;
 - 12.1.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);
 - 12.1.3. Consulta de Fornecedores com Sanções no Portal Compras ES do Governo do Estado do Espírito Santo (<https://compras.es.gov.br/>);
 - 12.1.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
 - 12.1.5. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 12.2. No caso de inabilitação por descumprimento das condições de participação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 12.3. Não havendo motivos para inabilitação por descumprimento das condições de participação, o Pregoeiro iniciará a análise dos documentos habilitatórios.
- 12.4. Conforme o disposto no item 8 deste edital, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste edital, a documentação relacionada no **Anexo II (Documentos Habilitatórios)**, para fins de habilitação, no momento de cadastramento da proposta, ressalvado os documentos que constam no SICAF.
- 12.5. A licitante que já estiver cadastrada no SICAF, em situação regular, até o terceiro dia útil anterior à data da abertura da sessão pública, ficará dispensada de apresentar os documentos comprobatórios abrangidos pelo referido cadastro que estejam validados e atualizados.

- 12.6. A verificação se dará mediante consulta online, realizada pelo Pregoeiro, devendo o resultado ser impresso e anexado ao processo.
- 12.7. Na hipótese de falha no SICAF ou nos sítios oficiais, que impossibilite a confirmação da habilitação mencionada neste item 11.5, o Pregoeiro assinalará o prazo para que o licitante faça a apresentação da documentação necessária por meio da opção “ENVIO DE ANEXOS”.
- 12.8. Rejeitada a documentação de habilitação, o Pregoeiro inabilitará o Licitante e convocará os demais Licitantes, na ordem de classificação, para exame de sua proposta de preço, negociação e análise de documentos de habilitação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital e seus Anexos.
- 12.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será convocado para apresentação da amostra (prova de conceito).

13. DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA

- 13.1. Após análise da proposta e documentos habilitatórios, o Pregoeiro suspenderá a sessão pública para a apresentação de amostra (Prova de Conceito), observada as condições e o procedimento descrito no Item 13 do Anexo I (Termo de Referência) deste Edital.
- 13.2. No caso de não apresentação da amostra ou que seja reprovada, o Pregoeiro retomará a sessão pública, recusando sua proposta, e convocando o próximo colocado.
- 13.3. Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

14. DOS RECURSOS

- 14.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo **30 (trinta) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra quais decisões pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 14.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
 - 14.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
 - 14.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
 - 14.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de **5 (cinco) dias úteis** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros **5 (cinco) dias úteis**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 14.3. O recurso será dirigido ao Pregoeiro, cabendo a este reconsiderar ou não sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis e fazê-lo subir à Autoridade Competente, devidamente informados, devendo a decisão final ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 14.4. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

- 14.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.
- 14.6. As decisões dos recursos serão divulgadas nos sites www.gov.br/compras e www.bandes.com.br.

15. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 15.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
- 15.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
 - 15.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 15.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 15.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) no Portal de Compras do Governo Federal - www.gov.br/compras ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
 - 15.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 16.1. Após a declaração do licitante vencedor, decorrido o prazo para recurso sem a sua apresentação, o Pregoeiro viabilizará a adjudicação do objeto do presente certame ao licitante vencedor ou, caso contrário, decididos os recursos, o objeto da licitação será adjudicado pela Autoridade Competente.
- 16.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da Autoridade Competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro ou, quando houver recurso, pela própria Autoridade Competente.
- 16.3. A homologação do resultado implica a constituição de direito relativo à celebração do contrato em favor do licitante vencedor.
- 16.4. Homologada a licitação pela Autoridade Competente, o adjudicatário será convocado para assinar o Contrato no prazo e condições definidos no item 17 deste Edital.
- 16.5. A homologação da licitação será divulgada nos sites www.gov.br/compras e www.bandes.com.br.

17. DA CONTRATAÇÃO

- 17.1. Homologado o procedimento licitatório, o Licitante vencedor, através de seu representante legal, será convocado, no prazo de até **05 (cinco) dias úteis** contados do recebimento da convocação, para assinar o contrato observada minuta constante do Anexo VI (Minuta de Contrato) deste Edital, sob pena de decadência do direito à contratação.
- 17.1.1. O prazo a que se refere o subitem anterior poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação fundamentada da Licitante vencedora e a critério do BANDES.

17.1.2. Previamente à contratação, o BANDES realizará consulta “on line” ao SICAF, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação, cujo resultado será anexado aos autos do processo.

17.1.2.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

17.1.2.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

17.1.3. A convocação para retirar o Contrato ocorrerá por e-mail ou correspondência postal com aviso de recebimento (AR).

17.2. O Licitante vencedor deverá ainda, no prazo concedido pelo BANDES, ser convocado a comprovar o cumprimento das condições prévias à assinatura do instrumento contratual, devendo, para tal, apresentar:

17.2.1. A Política de Privacidade de Dados e/ou Política de Proteção de Dados tratados, ou documento equivalente, indicando, obrigatoriamente, a base legal usada nos tratamentos de dados realizados pela empresa, e fonte dos dados tratados, relativo aos dados pessoais objeto deste Edital.

17.2.2. Esses documentos poderão ser avaliados pelo Comitê de Proteção de Dados Pessoais do BANDES, caso necessário, de modo a avaliar a adequação, podendo haver a solicitação de informações adicionais.

17.2.3. Fica dispensada a apresentação de documentação caso a exigência já tenha sido cumprida no momento da habilitação da empresa licitante.

17.3. O BANDES poderá fazer as diligências que entender necessárias para certificação do cumprimento da exigência.

17.4. Na hipótese de recusa ou inércia do Licitante na apresentação das condições de contratação ou em assinar o Contrato, no prazo e condições estabelecidos, ou não atendimento das condições de contratação, a sessão pública será retomada para que o Pregoeiro providencie a exclusão do Licitante da licitação, convocando, em seguida, o próximo colocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

17.5. A recusa em retirar de assinar o Contrato dentro do prazo previsto é considerada falta de natureza grave, ensejando o Licitante vencedor à sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o BANDES, conforme as disposições sobre sanções deste Edital e seus Anexos.

17.6. Poderá ser solicitado ao Licitante vencedor que atualize as certidões exigidas na fase de habilitação, se o prazo de validade expirar durante o curso da licitação.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa, o licitante/adjudicatário que:

I. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

III. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com o BANDES em virtude de atos ilícitos praticados;

- IV. Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
 - V. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - VI. Apresentar documentação falsa exigida para o certame;
 - VII. Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
 - VIII. Não mantiver a proposta;
 - IX. Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei Federal nº 12.846/2013.
- 18.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 18.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 18.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
 - 18.3.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
 - 18.3.3. Suspensão de licitar e contratar com o BANDES pelo prazo de até 2 (dois) anos.
- 18.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 18.5. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o BANDES poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 18.6. Somente será aplicada sanção mediante procedimento administrativo licitatório, na forma do Regulamento de Licitações e Contratos do BANDES, pelo qual será assegurado prazo de até 10 (dez) dias úteis para o exercício do contraditório e a ampla defesa.
- 18.7. A decisão será comunicada por escrito ao Licitante, dela cabendo recurso, dirigido à Autoridade Competente que proferiu a decisão, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação.
- 18.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado ao BANDES, observado o princípio da proporcionalidade.
- 18.9. As decisões oriundas dos processos administrativos sancionatórios serão publicadas no site do BANDES na Internet.
- 18.10. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência e na Minuta de Contrato.

19. DA CONDUTA ÉTICA DO LICITANTE E DO BANDES

- 19.1. O Licitante e o BANDES comprometem-se a manter a integridade nas relações público-privadas, agindo de boa-fé e de acordo com os princípios da moralidade administrativa e da impessoalidade, além de pautar sua conduta por preceitos éticos e, em especial, por sua responsabilidade socioambiental, conforme estabelecido no Código de Conduta para Fornecedores e Parceiros de Negócio do BANDES.

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 20.1. A qualquer tempo, a licitação poderá ser revogada ou anulada, nos limites fixados pela Lei nº 13.303/2016.
- 20.1.1. Caso seja verificada, após a abertura da sessão pública, a intenção de se revogar ou anular a licitação, será concedido prazo aos Licitantes para contestar o ato e exercer o direito ao contraditório e à ampla defesa.
- 20.2. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 20.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 20.4. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 20.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 20.6. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 20.7. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse do BANDES, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 20.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o BANDES não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 20.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente do BANDES.
- 20.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observado os princípios da isonomia e do interesse público.
- 20.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 20.12. Em razão da desclassificação de todas as propostas ou lances e/ou da inabilitação de todos os participantes, a presente licitação poderá restar fracassada.
- 20.13. Em razão da ausência de interessados, a presente licitação poderá restar deserta.
- 20.14. A qualquer tempo o Pregoeiro poderá negociar com o Licitante, com o fim de obter proposta mais vantajosa.
- 20.15. É facultada ao Pregoeiro, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 20.16. O Edital e seus Anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) e no endereço eletrônico www.bandes.com.br.

20.17. Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com este Edital ou o contrato de prestação de serviços vinculado a esta licitação, a empresa licitante deve se subordinar ao foro de Vitória/ES, com exclusão de qualquer outro foro, por mais privilegiado que possa ser.

Vitória, 25 de maio de 2023.

Núcleo de Licitações e Serviços
Gerência de Recursos Humanos e Serviços Administrativos

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO BANDES ELETRÔNICO Nº 2023/010

1. OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa para prestação de serviço de informação de crédito para análise cadastral de clientes, para atender a demanda do BANDES, conforme especificações estabelecidas neste Edital e de seus Anexos.

| ITEM | DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO | Unidade de Medida | Quantidade |
|------|---|-------------------|------------|
| 1 | Consulta Cadastral CPF: conforme item 4.1. | Consultas | 13.464 |
| 2 | Consulta Cadastral CNPJ: conforme item 4.1. | Consultas | 9.566 |
| 3 | Score de Crédito PJ: conforme item 4.2 | Consultas | 6.600 |
| 4 | Consulta (PEP), Titulares e Relacionados: conforme item 4.3 | Consultas | 15.840 |
| 5 | Enriquecimento de dados Cadastrais a partir do CPF: conforme item 4.4 | Consultas | 21.120 |

- 1.2. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. As informações objeto desta contratação fornecem dados para os processos de análise de crédito, classificação de clientes e geração de limites de crédito e provisionamento. Tais informações são essenciais pois promoverão melhorias a serem implementadas na área de crédito, adaptando as rotinas atuais às boas práticas de mercado, bem como às exigências legais, contribuindo com a gestão de risco, assessoramento nas tomadas de decisão na elaboração de perfil cadastral e na análise de Projetos de viabilidade.
- 2.2. No que diz respeito a contratação da Consulta referente à Pessoa Exposta Politicamente - PEP, ela visa garantir o atendimento aos requisitos de Compliance da Perspectiva de Processos Internos e também a Circular BACEN 3978/2020, tendo em vista que não há alternativas internas para atendimento, pois a demanda requer banco de dados de pessoas politicamente expostas aos quais desempenham, ou tenham desempenhado, nos últimos 5 (cinco) anos cargos, empregos ou funções públicas relevantes, no Brasil ou em outros países, territórios, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo, e o BANDES não possui fontes de consulta completas para manter essas informações.

3. ESPECIFICAÇÕES DO SERVIÇO

- 3.1. Para subsidiar o processo de concessão, gestão e acompanhamento de crédito, a empresa deverá disponibilizar uma solução, informatizada, contemplando a instalação, treinamento, manutenção, suporte e atualização quando necessários, e que seja passível de obtenção das informações por meio de API ou por meio de consulta via ambiente web, contendo minimamente as informações a seguir elencadas, nas condições destacadas:

3.1.1 Análise cadastral;

3.1.2 Enriquecimento de base de dados cadastrais;

3.1.3 Acesso a dados do Cadastro Positivo;

3.1.4 Mecanismo de atribuição de probabilidade de perda e classificação de risco para pessoa física para um horizonte de, pelo menos, seis meses;

- 3.1.5 Mecanismo de atribuição de probabilidade de perda e classificação de risco para pessoa jurídica num horizonte de, pelo menos, seis meses, elaboradas com base em modelos matemáticos/estatísticos, que efetuem ponderações e atribuam pontuações para as variáveis analisadas;
- 3.1.6 Apuração de risco de crédito, com base nas análises efetuadas e em modelos matemáticos e estatísticos;
- 3.1.7 Informações sobre pessoas politicamente expostas;
- 3.1.8 Informações sobre empresas abrangidas pela Lei 11.101/05 (falência, recuperação judicial) e situações ainda existentes de concordata (Decreto Lei 7.661/45);
- 3.1.9 Outros produtos e subprodutos que o fornecedor venha a disponibilizar visando ao aprimoramento dos serviços fornecidos;
- 3.1.10 Controle de acesso aos produtos e serviços oferecidos.
- 3.2. A critério do BANDES, o acesso aos serviços será feito mediante disponibilização de login e senha pela Contratada em quantidade ilimitada, para acesso a sua Home Page e/ou através de API disponibilizada pela Contratada e/ou através de troca de arquivos, conforme layout definido pela Contratada.
- 3.3. A Contratada deverá fornecer gratuitamente os layouts para transmissão eletrônica de dados e para comunicação com o BANDES.
- 3.4. A Contratada deverá disponibilizar sistema de gestão contratual, oferecendo “contas-logon master” que permitam o acesso ao sistema para relatórios e consultas de faturas, obter demonstrativos das consultas realizadas, e ter acesso a quaisquer outros controles que a contratada venha a disponibilizar no referido sistema.
- 3.5. A Contratada deverá atender a Legislação de Proteção de Dados Pessoais, nos processos que envolvam tratamento de dados pessoais, inclusive coletando o consentimento do titular da informação nos casos exigidos pela lei.
- 3.6. A solução deve permitir acesso via web em tempo real de consulta e por meio de API;
- 3.7. Quanto a situação cadastral, a solução deve permitir, além da visualização gráfica, a exportação dos resultados consolidados das análises em arquivos em formato de impressão, no mínimo com a extensão PDF e HTML;
- 3.8. Licenças de softwares de terceiros necessárias para o perfeito funcionamento do ambiente, aplicação de patches, correções e atualizações de todo o ambiente deverão estar incluídas;
- 3.9. Deve considerar a capacitação dos usuários do Banco de Desenvolvimento no uso do sistema.

4. DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS

4.1. CONSULTA CADASTRAL CPF/CNPJ OU LOCALIZAÇÃO DE UM CPF:

- 4.1.1 **Identificação do consumidor:** Informações cadastrais usando CPF ou CNPJ como parâmetro, contendo no mínimo:
 - 4.1.1.1 Nome referente ao CPF;
 - 4.1.1.2 Data de nascimento referente ao CPF;
 - 4.1.1.3 Nome da mãe referente ao CPF;
 - 4.1.1.4 Razão Social do CNPJ;
 - 4.1.1.5 Razão Social anterior e data de alteração;

- 4.1.1.6 Município de localização do CNPJ;
- 4.1.1.7 Data de Constituição do CNPJ;
- 4.1.1.8 Número do último registro na Junta Comercial/Cartório e data de registro;
- 4.1.1.9 Valor do capital total;
- 4.1.1.10 Natureza do capital (aberto, fechado)
- 4.1.1.11 Dados dos sócios/ acionistas/ titular/ administradores
- 4.1.1.12 Quadro executivo: diretores/ administradores
- 4.1.1.13 Número de Telefone, endereço e e-mail.
- 4.1.2 **Situação do CPF ou CNPJ na Receita Federal:** Informação sobre a situação do cadastro de PF e PJ (Ativo, Inativo, regular, pendente de regularização, suspenso, cancelado ou nulo).
- 4.1.3 **Participação Societária:**
 - 4.1.3.1 Quadro societário: acionistas/sócios/titular, CPF/CNPJ, nome/ razão social, data de entrada no quadro societário, nacionalidade, percentual do capital votante e percentual de capital total;
 - 4.1.3.2 Participação do CNPJ ou CPF consultado em outras empresas: Razão social, tipo de participação, percentual de participação e demais sócios.
- 4.1.4 **Protesto de títulos:** Informação de que um determinado CPF ou CNPJ possui registro lavrado por Tabelião de Protesto de Títulos estabelecido no país, por ato formal e solene pelo qual prova a inadimplência e o descumprimento da obrigação originada em títulos de crédito e outros documentos de dívida. A informação deve ser composta de no mínimo os seguintes dados:
 - 4.1.4.1 Descrição do tipo de ocorrência (Protesto);
 - 4.1.4.2 Quantidade total de ocorrências;
 - 4.1.4.3 Valor do título protestado;
 - 4.1.4.4 Cartório de protesto de Títulos e Letras;
 - 4.1.4.5 Cidade do cartório onde ocorreu o protesto;
 - 4.1.4.6 UF do estado do cartório onde ocorreu o protesto.
- 4.1.5 **Ações Judiciais:** Informação que um determinado CPF ou CNPJ figure como réu em processo judicial por motivo de conflito de interesse. A informação de ações judiciais deve ser composta de no mínimo os seguintes dados:
 - 4.1.5.1 Quantidade total de ocorrências;
 - 4.1.5.2 Descrição do tipo de ocorrência (ação judicial);
 - 4.1.5.3 Número da Vara civil;
 - 4.1.5.4 Cidade do cartório;

- 4.1.5.5 UF da Cidade do cartório.
- 4.1.6 **Alerta de Perda/roubo/furto de documentos:** Informação que um determinado CPF teve perda, roubo ou furto de algum documento.
- 4.1.7 **Cheque sem provisão de fundos:** Informação de cheque sem provisão de fundos de um determinado CPF ou CNPJ constantes do Cadastro de Emitentes de Cheques Sem Fundos (CCF) para praças de todo país.
- 4.1.8 **Pendência de pagamento em Instituição Financeira:** Informações que um CPF ou CNPJ possui registro relativo a contrato de operações de créditos vencidas e não pagas junto a Instituição Financeira estabelecida no país. A informação de pendência de pagamento deve ser composta de no mínimo os seguintes dados:
 - 4.1.8.1 Quantidade total de ocorrências;
 - 4.1.8.2 Descrição do tipo de ocorrência (pendência de pagamento em IF);
 - 4.1.8.3 Nome da Instituição Financeira de origem da ocorrência;
 - 4.1.8.4 Descrição da Natureza da Operação (modalidade de crédito);
 - 4.1.8.5 Data do registro;
 - 4.1.8.6 Valor do registro.
- 4.1.9 **Pendência de pagamento no mercado em geral:** Informações que um CPF ou CNPJ possui registro relativo a contrato de operações de créditos vencidas e não pagas no comércio em geral: indústria, concessionárias de contas de consumo, instituição de ensino e comércio estabelecidos no país. A informação de pendência de pagamento deve ser composta de no mínimo os seguintes dados:
 - 4.1.9.1 Quantidade total de ocorrências;
 - 4.1.9.2 Descrição do tipo de ocorrência (pendência de pagamento no mercado em geral);
 - 4.1.9.3 Nome da empresa de origem do registro;
 - 4.1.9.4 UF e Praça da empresa de origem da ocorrência;
 - 4.1.9.5 Data do registro;
 - 4.1.9.6 Valor do registro.
- 4.1.10 **Falência/Recuperação Judicial:** Registro de que um CNPJ possui registro que tenha ingressado com pedido de recuperação judicial e foi aceita por um juiz. A informação de falência/recuperação judicial deve ser composta de no mínimo os seguintes dados:
 - 4.1.10.1 Descrição do tipo de ocorrência (Falência/Recuperação Judicial);
 - 4.1.10.2 Data da ocorrência.
- 4.1.11 **Participação em empresa falida:** Registro de que um CPF figurou como sócio ou administrador de empresas que por eventual crise financeira ou insucesso empresarial foi levada a inatividade. A informação de participação em insucesso empresarial deve ser composta dos seguintes dados:
 - 4.1.11.1 Quantidade total de ocorrências de falência decretada com participação do CPF;

4.1.11.2 Descrição do tipo de ocorrência (Insucesso Empresarial);

4.1.11.3 CNPJ da empresa falida;

4.1.11.4 Data do registro.

4.1.12 **Registro de consultas:** Histórico das últimas consultas feitas a um CPF ou CNPJ.

4.1.13 **Consulta para Localização de um CPF:** pesquisa de dados básicos usando o nome do pesquisado como parâmetro. A informação deve conter minimamente: Número do CPF referente ao nome consultado; Data de Nascimento; Cidade e estado do nome pesquisado.

4.2. SCORE PJ:

4.2.1 **Para fins de Concessão de crédito:** objetivando viabilizar a concessão de crédito aos clientes, e obedecer às normas emanadas pelo Banco Central do Brasil quanto à classificação de risco do cliente e da operação, deverá ser apresentada uma solução que possibilite o BANDES consultar a probabilidade de inadimplência e classificação de risco de um CNPJ consultado.

4.2.2 Tanto a probabilidade de inadimplência quanto a classificação de risco, devem levar em consideração um horizonte de 06 (seis) meses e serem elaboradas com base em modelos matemáticos/estatísticos, que efetuem ponderações e atribuam pontuações para as variáveis analisadas.

4.2.3 A ferramenta disponibilizada para a classificação do risco do cliente e probabilidade de inadimplência, conforme determina a resolução BACEN 2682/99, deverá utilizar-se de metodologias de análises que considerem diversas variáveis, a saber:

4.2.3.1 Situação econômico-financeira;

4.2.3.2 Grau de endividamento;

4.2.3.3 Capacidade de geração de resultados;

4.2.3.4 Fluxo de caixa;

4.2.3.5 Administração e qualidade de controles;

4.2.3.6 Pontualidade e atrasos nos pagamentos;

4.2.3.7 Contingências;

4.2.3.8 Setor de atividade econômica;

4.3. CONSULTA A PESSOA EXPOSTA POLITICAMENTE (PEP), TITULARES E RELACIONADOS:

4.3.1 Contratação de um serviço de acesso à dados de Pessoa Exposta Politicamente (PEP) titulares e relacionados que contemple os seguintes itens:

4.3.1.1 A base de informações de PEP deve ser constituída atendendo as definições de Pessoa Exposta Politicamente da Circular Bacen 3978/2020, e Circular Susep nº 612/2020 vigentes.

4.3.1.2 Consideram-se PEP os agentes públicos que desempenham ou tenham desempenhado, nos últimos cinco anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiros, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, denominados neste documento como titulares, assim como seus

representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo, denominados neste documento como relacionados.

- 4.3.1.3 São considerados familiares os parentes, na linha reta, até o primeiro grau, o cônjuge, o companheiro, a companheira, o enteado e a enteada.
- 4.3.2 Os dados atualizados de PEP devem possuir abrangência nacional, estadual e municipal dos seus Titulares e Relacionados e estarem disponíveis para consulta pontual por meio de API ou via web e, na área restrita e atualizados no mínimo semestralmente;
- 4.3.3 Dentre as informações disponibilizadas pela Contratada, deverão conter obrigatoriamente:
 - 4.3.3.1 CPF do titular do Cargo;
 - 4.3.3.2 Nome da Pessoa Exposta Politicamente;
 - 4.3.3.3 CPF da Pessoa relacionada, quando couber;
 - 4.3.3.4 Nome da Pessoa Relacionada, quando couber;
 - 4.3.3.5 Descrição da Função;
 - 4.3.3.6 Nome do órgão;
 - 4.3.3.7 CNPJ do órgão;
 - 4.3.3.8 Município;
 - 4.3.3.9 Unidade Federativa;
 - 4.3.3.10 Data da Nomeação;
 - 4.3.3.11 Data da Exoneração, quando couber;

4.4. ENRIQUECIMENTO DE DADOS CADASTRAIS A PARTIR DO CPF:

- 4.4.1 A Contratada deverá disponibilizar uma solução para tratamento de dados e informações através da análise da carteira de clientes, com a garantia de dados atuais e válidos.
- 4.4.2 Os dados básicos mínimos que deverão ser gerados a partir de um CPF são: Nome Completo, Data de Nascimento, Endereço, Telefone, E-mail e Nome da mãe.

5. REQUISITOS TÉCNICOS

- 5.1. A fornecedora da solução deverá construir e publicar o meio de comunicação com o BANDES, cujo padrão da interface deve ser Web Service;
- 5.2. A fornecedora da solução deverá fornecer a API de integração ao BANDES e os retornos das pesquisas em formato XML/JSON;
- 5.3. A fornecedora da solução deverá fornecer o Web Service em modelo (REST ou SOAP) ao BANDES e os retornos das pesquisas em formato JSON/XML, sendo os parâmetros de retorno fornecidos pelo BANDES;

5.4. Deve ser fornecido pela fornecedora da solução endereço do webservice em homologação com os mesmos serviços, métodos e parâmetros do ambiente de produção;

5.5. Disponibilizar a documentação necessária para integração dos serviços disponibilizados via API da contratada.

6. IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. A CONTRATADA deverá implantar o sistema, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, oferecendo “contas-logon master” que permitam o acesso aos relatórios e consultas.

7. PRAZOS E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. Os serviços de atualização corretiva, legal/tecnológica, adaptativa e evolutiva, além do suporte técnico/funcional estão incluídos na licença de uso, não representando custo adicional ao Banco de desenvolvimento.

7.2. As atualizações adaptativas / evolutivas serão requeridas através de ordem de serviço definido pelo BANDES além da abertura do chamado técnico.

7.3. Os incidentes e requisições, as atualizações corretiva e legal / tecnológica serão realizadas através de abertura de chamado técnico, via portal ou outra ferramenta disponibilizada pela CONTRATADA para este fim. A CONTRATADA deverá ter um ponto único de contato, todas as solicitações de atendimento devem ser direcionadas para equipe de Service Desk da CONTRATADA que será responsável por categorizar, priorizar de acordo com o tipo de solicitação e encaminhar para a equipe responsável pela solução. A equipe do Service Desk também será responsável por manter a CONTRATANTE informada sobre o andamento de suas solicitações, através do contato via portal ou outra ferramenta, telefone ou e-mail.

7.4. A partir do recebimento do incidente emitido pela CONTRATANTE (considerando os graus de severidade descritos e atribuídos a critério da mesma), a CONTRATADA deverá efetuar a correção do defeito no prazo máximo abaixo definido:

| Severidade | Prazo de solução |
|------------|--|
| Crítico | Até 4 horas corridas |
| Alto | Até 8 horas corridas |
| Moderado | Até 12 horas úteis (dentro do horário comercial) |
| Baixo | Até 24 horas úteis (dentro do horário comercial) |

• **Crítico:** Aplicação indisponível em sua totalidade, impedindo a continuidade de qualquer fluxo de negócio do cliente. (Exemplo: impossibilidade de acesso à aplicação por indisponibilidade total dela).

• **Alto:** Aplicação com funcionalidade crítica com degradação de performance ou instabilidade ou intermitência, afetando a continuidade do fluxo de negócio do cliente. (Exemplo: aplicação operando com performance abaixo do esperado ou com intermitência, porém, ainda operando).

• **Moderado:** Funcionalidade não crítica da aplicação indisponível ou com degradação de performance, não afetando a continuidade do fluxo de negócio do cliente, porém afeta vários usuários. (Exemplo: impedimento da sequência do fluxo de negócio para uma ou poucas propostas).

• **Baixo:** Funcionalidade não crítica da aplicação indisponível ou com degradação de performance, não afetando a continuidade do fluxo de negócio do cliente, ocorrendo para um usuário apenas. (Exemplo: extração de relatório com problema ou consulta específica de um registro indisponível).

7.4.1. Entende-se por incidente interrupções não previstas de um serviço de TI ou ainda a queda da qualidade de um serviço de TI.

- 7.5. A partir do recebimento de requisições emitida pela CONTRATANTE (considerando os graus de severidade descritos e atribuídos a critério da mesma), a CONTRATADA deverá efetuar o atendimento da requisição no prazo máximo abaixo definido;

| Severidade | Prazo de solução |
|-------------|--|
| Requisições | Até 24 horas úteis (dentro do horário comercial) |

- 7.6. São exemplos de requisições, mas são limitam a:

- 7.6.1. Esclarecimento de dúvidas sobre a utilização do sistema ou funcionalidade;
- 7.6.2. Desbloqueio e reset de senhas;
- 7.6.3. Criação de login;
- 7.6.4. Execução de parametrizações específicas (quando não puderem ser realizadas pelos próprios usuários);
- 7.6.5. Extração de relatórios (quando não atendidos pelos relatórios da aplicação);
- 7.6.6. Execução de consultas pontuais ao banco de dados (quando não atendidos pelos relatórios da solução).
- 7.6.7. Consultas pontuais ao banco de dados (quando não atendidos pelos relatórios da aplicação);

8. DISPONIBILIDADE

- 8.1. Consiste no percentual de tempo no qual o serviço está operacional, avaliado no último dia de cada mês.
- 8.2. O serviço deve estar disponível para uso mensal, ao menos 99,5% do tempo.

| INDICADOR | META |
|-----------------|-----------------|
| DISPONIBILIDADE | >= 99,5% ao mês |

9. FORMA DE MENSURAÇÃO

- 9.1. A disponibilidade mensal dos acessos considera que os serviços devem estar disponíveis 7 dias por semana, 24 horas por dia, 365 dias por ano, exceto em paradas programadas.
- 9.2. Todas as paradas para manutenção do serviço pela CONTRATADA deverão ser previamente acordadas com a CONTRATANTE e esse período de manutenção preventiva não será contabilizado como período de indisponibilidade.
- 9.3. As manutenções programadas deverão ser comunicadas com, no mínimo, 1 (uma) semana de antecedência.
- 9.4. O número máximo de manutenções programadas por mês será 1 (uma) e o tempo máximo de manutenção será de 2 (duas) horas.
- 9.5. Para o cálculo de disponibilidade, deverão ser considerados todos os incidentes de interrupção do serviço, desde a hora zero do primeiro dia do mês até as vinte e quatro horas do último dia do mês medido, sendo expressa em porcentagem através da seguinte fórmula:

$ID = [(HT - HJ - HI) / HT - HJ] \times 100$, onde:

ID = Índice de Disponibilidade

HT = horas Totais no mês = 24horas x (número de dias no mês)

HJ = horas de indisponibilidade Justificada no mês
 HI = horas de indisponibilidade Injustificada no mês

Exemplo para um mês com 30 dias, que houve 2 paradas programadas para manutenção totalizando 4 horas e indisponibilidade de 5 horas:

HT = (24 x 30) = 720 horas no mês
 HJ = 4 horas de manutenção previamente avisadas, no mês
 HI = 5 horas de parada do serviço, no mês

ID = $[(720 - 4 - 5) / 720 - 4] \times 100 = [711/716] \times 100 = \underline{99,30\%}$ do tempo disponível

Observação: Dado o índice de disponibilidade desejado de 99,5%, para simplificar a medição, desprezamos da fórmula as horas justificadas e consideramos todos os meses com 30 dias. Chegaremos então, a um máximo de indisponibilidade de 3,6 horas por mês:

$HI = (HT - HJ) - [(ID/100) \times (HT - HJ)]$ $\Rightarrow HI = HT - [(ID/100) \times HT]$
 $HI = (24 \times 30) - [(99,5/100) \times (24 \times 30)] \Rightarrow 720 - (0,995 \times 720)$
HI = 3,6 horas

10. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DE SERVIÇO

- 10.1. Os Níveis de Serviço definem critérios objetivos e mensuráveis estabelecidos com a finalidade de aferir e avaliar os desempenhos relacionados com os serviços contratados, conforme apresentado mais adiante. Neles encontram-se definidos: a maneira pela qual estes fatores serão avaliados; o nível mínimo aceitável; e os descontos a serem aplicados na fatura mensal, quando o serviço prestado não alcançar o nível esperado.
- 10.2. Para o acompanhamento e avaliação dos serviços prestados pela CONTRATADA serão adotados Níveis Mínimos de Serviço (NMS).
- 10.3. Os Indicadores devem ser considerados e entendidos pela CONTRATADA como um compromisso e comprometimento de qualidade que está assumindo para a prestação dos serviços.
- 10.4. Eventualmente poderão existir impedimentos técnicos para o atendimento dos prazos previamente estabelecidos para uma demanda ou indicador. Nestes casos, a CONTRATADA deverá notificar formalmente o BANDES, informando os motivos deste impedimento e, caso aceito, o atraso não será considerado na apuração do nível de serviço.
- 10.5. As apurações dos Indicadores deverão constar dos Relatórios de Acompanhamento ou outro formato definido pelo BANDES, onde será possível verificar a efetividade da prestação do serviço e permitir a depuração do processo.
- 10.6. Os pagamentos dos marcos e demandas serão proporcionais ao atendimento das metas estabelecidas nos Indicadores, observando-se o seguinte:
- 10.7. As adequações nos pagamentos estarão limitadas a uma faixa específica de tolerância, conforme NMS, na qual a CONTRATADA se sujeitará às sanções previstas;
- 10.8. A apuração dos Indicadores de Nível de serviço será, a princípio, mensal, podendo ser adequada de acordo com o prazo previamente acordado na Ordem de Serviço. A apuração acontecerá mediante a análise dos resultados na execução dos serviços e poderá resultar em glosas caso a CONTRATADA não cumpra com o seu compromisso de qualidade, produtividade e pontualidade na entrega das demandas.
- 10.9. Durante o período de execução do contrato os serviços estarão sendo avaliados, quanto ao atendimento dos índices estabelecidos, que poderão ser revistos e sofrer adequações e aprimoramentos ao longo do tempo, mediante justificativa e de comum acordo entre o BANDES E A CONTRATADA.

10.10. A ocorrência de reiteradas faltas e falhas no cumprimento de prazos, produtividade e de qualidade dos serviços, caracterizará desídia da CONTRATADA e ensejará a aplicação das penalidades previstas no contrato.

10.11. Para aplicação das penalidades acima descritas fica assegurado e garantido o direito de defesa prévia em regular processo administrativo a ser instaurado para apuração das faltas e falhas.

11. INDICADORES DE DESEMPENHO

11.1. A constatação da garantia de serviço será evidenciada pela análise dos indicadores apresentados em relatórios estatísticos mensais emitidos pela CONTRATADA. Os relatórios deverão conter, no mínimo, os seguintes itens para o circuito fornecido:

11.1.1. Lista dos períodos de indisponibilidade;

11.1.2. Cálculo do índice de disponibilidade mensal;

11.1.3. Gráfico de tempo de resposta das consultas, ou seja, acionado determinada consulta quanto tempo leva para obter a resposta;

11.2. A CONTRATADA deverá gerenciar proativamente o circuito de acesso provendo, independente de demanda específica da CONTRATANTE, as seguintes ações:

11.2.1. Informar a CONTRATANTE sempre que houver queda ou instabilidades;

11.2.2. Informar previamente a CONTRATANTE sobre manutenções em sua rede que venham a prejudicar a disponibilidade ou desempenho do serviço;

11.2.3. Se possível, intervir antecipadamente ou imediatamente nos casos de queda de desempenho ou indisponibilidade.

12. INDICADORES DE NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO

12.1. O descumprimento dos níveis mínimos de serviço definidos ensejará a aplicação das penalidades previstas neste Contrato.

12.2. Os indicadores de nível mínimo de serviço previstos são:

| CÓDIGO | NOME | OBJETIVO |
|--------|---|--|
| IDP | Índice de Descumprimento de Prazo (requisições) | Para todas as entregas, mostrar o nível de descumprimento dos prazos acordados. |
| IDP-AS | Índice de Desconformidades de Prazos no Atendimento do Suporte Técnico e Operacional de Sistemas (incidentes) | Garantir que o atendimento a incidentes sejam realizadas no tempo considerado adequado pela CONTRATADA, segurando assim a continuidade dos serviços computacionais |
| IND | Índice de tempo de disponibilidade. | O cumprimento do percentual de disponibilidade conforme item 8.2. |

12.3. A gestão e fiscalização do contrato se darão mediante o estabelecimento e acompanhamento de indicadores de desempenho que comporão os Níveis Mínimos de Serviços (NMS) previstos em contrato.

12.4. Os níveis de serviços mensurados em tempo levarão em consideração horas e minutos.

12.5. Os níveis NMS vigorará por todo o prazo contratual e se pautará pelo seguinte:

12.5.1. Indicador de Descumprimento de Prazo (IDP)

| Item | Descrição | |
|--------------------------------------|---|---|
| Finalidade | Garantir o prazo de entrega dos produtos | |
| Meta a cumprir | IDP \leq 3% Ou seja, a meta é ter no máximo de 3% de atraso | |
| Instrumento de medição | Ferramenta para Registro | |
| Forma de acompanhamento | Dias úteis de atraso na entrega da solução do problema. | |
| Periodicidade | Mensal. | |
| Mecanismo de Cálculo | Observações: 1. Utilizar, na apuração do resultado, sempre duas casas decimais, sem arredondamento; 2. Os dias de atraso serão contabilizados até a data do faturamento, caso a requisição permaneça em atraso nos meses subsequentes o indicador será novamente aplicado considerando o somatório de todos os dias úteis de atraso. Esse procedimento se repetirá a cada mês até a entrega da requisição. Considerar a tabela do item 11.1. | |
| Aplicação de Nível de Serviço | 0 até 3% | Sem aplicação de Fator de Nível de Serviço |
| | De 3,01% até 5% | Advertência |
| | De 5,01% até 10% | Aplicação de Glosa de 1% do valor total a ser pago da fatura mensal |
| | De 10,01% até 15% | Aplicação de Glosa de 2% do valor total a ser pago na fatura mensal |
| | De 15,01% até 20% | Aplicação de Glosa de 3% do valor total a ser pago na fatura mensal |
| | De 21,01% até 25% | Aplicação de Glosa de 4% do valor total a ser pago na fatura mensal |
| | De 25,01% até 30% | Aplicação de Glosa de 5% do valor total a ser pago na fatura mensal |

| | | |
|--|--------------------------|--|
| | De 30,01% até 35% | Aplicação de Glosa de 6% do valor total a ser pago na fatura mensal |
| | De 35,01% até 40% | Aplicação de Glosa de 7% do valor total a ser pago na fatura mensal |
| | De 40,01% até 42% | Aplicação de Glosa de 8% do valor total a ser pago na fatura mensal |
| | De 42,01% até 50% | Aplicação de Glosa de 9% do valor total a ser pago na fatura mensal |
| | Acima de 50% | Aplicação de Glosa de 10% do valor total a ser pago na fatura mensal |

12.5.2. Índice de Desconformidades de Prazos no Atendimento do Suporte Técnico e Operacional de Sistemas (IDP-AS)

| Item | Descrição | |
|--------------------------------------|--|---|
| Finalidade | Garantir o prazo de atendimento | |
| Meta a cumprir | Sem atrasos no atendimento | |
| Instrumento de medição | Ferramenta para Registro | |
| Forma de acompanhamento | Total de horas úteis de atraso por correções de defeitos (manutenção corretiva). | |
| Periodicidade | Mensal | |
| Mecanismo de Cálculo | Total de horas de atraso, considerando a tabela descrita no item 7.4 | |
| Aplicação de Nível de Serviço | Emergencial | Aplicação de Glosa de 0,2% do valor total a ser pago da fatura mensal por hora de atraso |
| | Crítico | Aplicação de Glosa de 0,1% do valor total a ser pago da fatura mensal por hora de atraso |
| | Moderado | Aplicação de Glosa de 0,05% do valor total a ser pago da fatura mensal por hora de atraso |

12.5.3. Índice de tempo de disponibilidade (IDN)

| Item | Descrição | |
|--------------------------------------|--|---|
| Finalidade | Garantir o prazo de disponibilidade | |
| Meta a cumprir | Mínimo de 99,5% | |
| Instrumento de medição | Ferramenta para Registro | |
| Forma de acompanhamento | Relatório de disponibilidade do serviço. | |
| Periodicidade | Mensal | |
| Mecanismo de Cálculo | <p>Os relatórios mensais de disponibilidade deverão ser avaliados e aprovados pelo BANDES, seguindo a formula:</p> $ID = [(HT - HJ - HI) / HT - HJ] \times 100, \text{ onde:}$ <p>ID = Índice de Disponibilidade</p> <p>HT = horas Totais no mês = 24horas x (número de dias no mês)</p> <p>HJ = horas de indisponibilidade Justificada no mês</p> <p>HI = horas de indisponibilidade Injustificada no mês</p> <p>Conforme descrito no item 10.7.</p> | |
| Aplicação de Nível de Serviço | Igual ou acima de 99,5% | Sem aplicação de Fator de Nível de Serviço |
| | De 95% até 99,4% | Aplicação de Glosa de 2% do valor total a ser pago da fatura mensal |
| | De 90% até 94,9% | Aplicação de Glosa de 4% do valor total a ser pago na fatura mensal |
| | De 85% até 89,9% | Aplicação de Glosa de 6% do valor total a ser pago na fatura mensal |

| | | |
|--|------------------|--|
| | Inferior a 84,9% | Aplicação de Glosa de 10% do valor total a ser pago na fatura mensal |
|--|------------------|--|

13. TESTES DE CONSISTÊNCIA (PROVA DE CONCEITO)

- 13.1. A empresa que ficar em primeiro lugar na fase de disputa, para ser declarada vencedora deverá, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da convocação do Pregoeiro no sistema eletrônico, prorrogáveis a critério do BANDES, efetuar os procedimentos da prova de conceito, sendo, nesta fase, denominada LICITANTE EM AVALIAÇÃO.
- 13.2. A LICITANTE EM AVALIAÇÃO deverá preparar o piloto da solução contendo todas as informações necessárias, de acordo com os requisitos definidos no item 4 deste Termo de Referência e no respectivo Edital, deixando-o em plenas condições operacionais de avaliação. A prova de conceito permitirá a averiguação prática das funcionalidades e características da solução e será realizada por uma equipe técnica de avaliação do BANDES.
- 13.3. No primeiro dia útil seguinte à finalização do prazo fixado no item 13.1, a LICITANTE EM AVALIAÇÃO apresentará à Equipe Técnica de Avaliação do BANDES o piloto da solução proposta, em ambiente virtualizado, dirigindo-se à sessão da prova de conceito convocada pelo Pregoeiro, que informará data, hora e link de acesso.
- 13.4. Para a realização da prova de conceito, cabe à LICITANTE EM AVALIAÇÃO dispor de todos os insumos necessários à análise do piloto apresentado, tais como acesso à rede e equipamento próprio, pessoal técnico necessário, considerando que o procedimento ocorrerá em modo remoto e que caberá ao BANDES garantir somente rede de acesso às suas equipes.
- 13.5. Poderão participar da prova de conceito os membros da Equipe Técnica de Avaliação do BANDES, até 03 (três) representantes da LICITANTE EM AVALIAÇÃO e até 01 (um) representante de cada uma das demais licitantes.
- 13.6. A LICITANTE EM AVALIAÇÃO e as demais licitantes indicarão ao Pregoeiro seus representantes em até 01 (um) dia útil anterior à data designada para a abertura da sessão pública referente à prova de conceito.
- 13.7. Os profissionais disponibilizados pela LICITANTE EM AVALIAÇÃO serão especialistas na solução ofertada e serão responsáveis pela execução e evidenciação dos requisitos do piloto, bem como para auxiliar a Equipe Técnica de Avaliação do BANDES e responder a eventuais questionamentos desta Equipe.
- 13.8. A sessão pública da Prova de Conceito se realizará mediante videoconferência por meio da plataforma de reunião virtual indicada pelo BANDES, cujo link será enviado pelo Pregoeiro quando da convocação específica e será realizada no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da sua abertura.
- 13.9. A sessão pública de realização da POC poderá ser gravada mediante funcionalidade da plataforma de reunião virtual. Caso a gravação não seja possível por problemas técnicos, as informações sobre a sessão serão registradas na ata pela Equipe Técnica de Avaliação.
- 13.10. Da Equipe Técnica de Avaliação:
 - 13.10.1. A Equipe Técnica de Avaliação será composta por empregados do BANDES.
 - 13.10.2. Cabe à Equipe Técnica de Avaliação:
 - a) coordenar a execução de todas as atividades relativas à prova de conceito;
 - b) realizar questionamentos quanto ao piloto apresentado;
 - c) declarar a conclusão das atividades de avaliação técnica;
 - d) emitir, e encaminhar ao pregoeiro, relatório de julgamento da prova de conceito, devidamente justificado, para continuidade do procedimento licitatório.

- 13.11. Durante a prova de conceito, somente a Equipe Técnica de Avaliação do BANDES poderá se manifestar com questionamentos pertinentes à verificação dos requisitos definidos no item 4 deste Termo de Referência. Nesta fase serão permitidas adequações no piloto passíveis de conclusão e análise, pela Equipe Técnica de Avaliação do BANDES, no âmbito do prazo para a realização da prova de conceito.
- 13.12. Na prova de conceito, para validação e aceite do piloto, a LICITANTE EM AVALIAÇÃO demonstrará a assertividade da informação, onde o BANDES fará a conciliação por amostragem e a verificação do atendimento minimamente aos seguintes itens:
- 13.12.1. **Consultas Cadastrais:** a solução deverá entregar uma resposta correspondente a todas as informações elencados no item 4.1 deste Termo de Referência;
- 13.12.2. **Score PJ:** a solução deverá entregar uma resposta que contemple em sua modelagem de análise, todos os requisitos elencados no item 4.2 deste Termo de Referência;
- 13.12.3. **Consulta a Pessoa Exposta Politicamente (PEP), Titulares e Relacionados:** Será realizada a verificação do 03 (três) CPF's de pessoas que são expostas politicamente, em âmbito Municipal, Estadual e Federal, e a solução deverá entregar uma resposta que contenha todas as informações elencadas no item 4.3.5 deste Termo de Referência;
- 13.12.4. **Enriquecimento de Dados Cadastrais por meio do CPF:** a solução deverá entregar uma resposta correspondente a todas as informações elencados no item 4.4 deste Termo de Referência;
- 13.13. Concluída a prova de conceito, a Equipe Técnica de Avaliação do BANDES declarará encerrada a sessão, emitirá e entregará ao Pregoeiro um relatório de julgamento da prova de conceito.
- 13.14. Caso não seja atendido, na forma estabelecida a LICITANTE EM AVALIAÇÃO será DESCLASSIFICADA do certame.
- 13.15. Desclassificada a LICITANTE EM AVALIAÇÃO, a segunda colocada na ordem de classificação será convocada para apresentação dos documentos de habilitação, e, caso habilitada, para participação da prova de conceito.

14. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 14.1. A vigência do contrato será de 24 (vinte e quatro) meses, contada a partir da data da assinatura do contrato.
- 14.2. O contrato poderá ser prorrogado, limitados a 60 (sessenta) meses, de acordo com art. 144, do Regulamento de Licitações e Contratos do Bandes.
- 14.3. As prorrogações serão permitidas desde que ocorridas as hipóteses previstas nos art. 147, do Regulamento de Licitações e Contratos do Bandes, com as devidas justificativas por escrito.

15. JUSTIFICATIVA DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 15.1. O prazo de vigência inicial desta Contratação será de 24 meses, uma vez que já está pacificado o entendimento de que os serviços contínuos não têm a necessidade de observância do prazo de vigência inicial de 12 meses. O BANDES resolveu adotar o prazo de vigência inicial de 24 meses, pelas razões enumeradas a seguir:
- 15.1.1. Diversos órgãos já vêm adotando tal prazo em seus contratos administrativos para serviços contínuos;
- 15.1.2. Economia processual. O processo de contratação ou prorrogação contratual demanda vários serviços em cadeia que serão eliminados de repetição durante o período de 60 meses. Há casos de processos de prorrogação (mais simples que uma contratação por licitação) que exigirem até 60 dias para serem instruídos e finalizados. Haverá uma redução de 04 para no máximo 02 possíveis prorrogações em comparação com contratos iniciais de 12 meses;

15.1.3. Diluição dos custos para os contratados na implantação e desmobilização dos serviços, o que poderá refletir nos preços a serem contratados;

15.1.4. Maior planejamento das atividades, tanto para os contratados bem como para o BANDES;

15.2. A contratação trata-se de serviços contínuos, imprescindíveis ao BANDES;

15.3. Esta contratação prevê sanções administrativas em caso de inadimplemento contratual, medidas estas que obrigam a empresa contratada a cumprir fielmente o que foi pactuando dentro de todo o período contratual, independente do prazo inicial.

16. ESTIMATIVA DE PREÇO

16.1. O valor estimado da contratação é sigiloso, com base no Art. 23, do Regulamento de Licitações e Contratos do Bandes.

16.2. Os documentos comprobatórios da realização da pesquisa de preços, a memória de cálculo do valor estimado, o critério para obtenção do valor estimado, as fontes de pesquisa e a data de sua realização estão no Relatório de Pesquisa de Preços, em anexo, que não serão divulgados até a fase de negociação.

16.3. Nos preços deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos, inclusive taxas, impostos, frete e outros que incidam ou venham a incidir no cumprimento das obrigações decorrentes da contratação.

17. REGIME DE CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS

17.1. O objeto será executado em regime de Contratação por Preço Unitário.

18. CRITÉRIO DE SELEÇÃO DA PROPOSTA

18.1. O critério a ser utilizado na avaliação, julgamento das propostas e posterior adjudicação é o de “MENOR VALOR GLOBAL”, considerando o Valor Total Estimado do Contrato.

19. FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

19.1. Até o 1º (primeiro) dia útil de cada mês a CONTRATADA disponibilizará Relatório Analítico demonstrando, a quantidade de consultas efetuadas no mês antecedente, bem como os relatórios com as informações definidas no item 11.1 do Termo de Referência.

19.2. O BANDES pagará à CONTRATADA pelos serviços, até o 10º (décimo) dia útil após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente aceita pelo BANDES, vedada a antecipação.

19.3. O pagamento será realizado através de boleto bancário, depósito ou transferência para conta bancária a ser informada pela CONTRATADA.

19.4. A conferência da Nota Fiscal/Fatura será efetuada pelo setor responsável pela fiscalização do contrato, confirmando que os serviços foram prestados na forma CONTRATADA.

19.5. O documento de cobrança rejeitado por erros ou incorreções será devolvido à CONTRATADA, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data de sua apresentação.

19.6. Em caso de rejeição da Nota Fiscal/Fatura motivada por erro ou incorreções, o prazo de 10 (dez) dias úteis passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

- 19.7. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidades ou inadimplemento, sem que isso gere direito ao pleito de atualização.
- 19.8. O BANDES poderá deduzir dos pagamentos, importâncias que, a qualquer título, lhe forem devidas pela CONTRATADA em decorrência de inadimplemento do contrato.
- 19.9. Os valores correspondentes às notas fiscais vencidas e não pagas pelo BANDES na forma contratual sofrerão a incidência de correção monetária pelo IPCA e de juros de mora na base de 1% (um por cento) ao mês sobre a parcela em atraso.
- 19.10. Os pagamentos das multas de mora serão efetuados pelo BANDES contra apresentação de nota de débito contendo o número do contrato e a Nota Fiscal correspondente.
- 19.11. Fica assegurado ao BANDES o direito de deduzir do pagamento devido à CONTRATADA, independente da aplicação de multas, importância correspondente a:
- I. Débitos aos quais a CONTRATADA por culpa ou dolo tiver dado causa;
 - II. Despesas relativas à correção de eventuais falhas decorrentes de culpa ou dolo da CONTRATADA;
 - III. Dedução relativa a insumos de sua responsabilidade não fornecidos por culpa ou dolo da CONTRATADA.
- 19.12. Se devido, serão procedidos nos pagamentos a serem efetuados as retenções de impostos nas hipóteses previstas na lei. Caso a CONTRATADA seja optante pelo SIMPLES, deverá apresentar junto com cada NF/Fatura, a cópia do Termo de Opção.
- 19.13. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.
- 19.14. Quando solicitado pelo BANDES, a CONTRATADA deverá comprovar a manutenção das condições de contratação através da apresentação dos seguintes documentos:
- I. Prova de regularidade com o INSS, mediante a apresentação da Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
 - II. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
 - III. Prova de regularidade com a Fazenda Pública Estadual do Espírito Santo, mediante apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos.

20. DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

- 20.1. O contrato poderá ser reajustado aplicando-se como índice de reajuste o IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
- 20.2. O reajustamento de preço respeitará o interregno mínimo legal de 12 (doze) meses.
- 20.3. O marco inicial para a concessão do primeiro reajustamento de preço é o mês de apresentação da última proposta de preços pela CONTRATADA, desconsiderando-se interstícios temporais inferiores há um mês.
- 20.4. Em caso de reajustamento de preço posterior ao primeiro, o marco inicial será a data em que a revisão anterior tiver ocorrido.
- 20.5. O reajustamento do contrato deverá ser pleiteado pela CONTRATADA até a data da prorrogação contratual subsequente, sob pena de preclusão (lógica) do direito ao reajuste.

21. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

21.1. Conforme Cláusula Sétima da Anexo VI (Minuta do Contrato).

22. DAS OBRIGAÇÕES DO BANDES

22.1. Conforme Cláusula Oitava da Anexo VI (Minuta do Contrato):

23. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

23.1. A Licitante deverá apresentar para fins de comprovação de capacidade técnica e como condição de habilitação:

23.1.1. Apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

23.1.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

23.1.1.1.1. Prestação de serviços compatível em características: que a Licitante tenha realizado prestação de serviços de consulta cadastral contendo, no mínimo, os seguintes serviços:

- I. Consulta Cadastral CPF e CNPJ;
- II. Score de Crédito PJ;
- III. Consulta (PEP), Titulares e Relacionados; e
- IV. Enriquecimento de dados Cadastrais a partir do CPF.

23.1.1.1.2. Deverá haver a comprovação de experiência mínima de 1 (um) ano na prestação de serviços de informação de crédito, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes.

23.1.1.1.3. A comprovação do fornecimento do serviço pelo prazo de 12 meses justifica-se para demonstrar a capacidade da Licitante em manter o software estável e em condições operacionais por um período mínimo de tempo, em que pode ser avaliada a usabilidade do software.

23.1.2. Declaração de que possui base de dados representativa no estado do Espírito Santo, devendo possuir em seu banco de dados, no mínimo, 240.000 pessoas físicas e 90.000 pessoas jurídicas no ES.

23.1.2.1. O quantitativo foi indicado para manter, no mínimo, o mesmo nível de gestão de risco das operações de crédito atuais e novas contratações, bem como manter a qualidade das informações geradas para subsidiar tomadas de decisões em diversas áreas do Banco.

23.1.2.2. As quantidades descritas acima, referem-se a amostra correspondente a da quantidade de pessoas físicas ocupadas no ES no ano de 2020, conforme último Censo do IBGE, e a 20% das pessoas jurídicas ativas no ES, conforme informação constante na fonte de pesquisa da ECONODATA.

23.1.3. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

23.1.4.O Licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do BANDES e local em que foram prestados os serviços.

24. DA MATRIZ DE RISCO

24.1. Não se aplica, tendo em vista o objeto contratado.

25. DA FONTE DE RECURSOS

25.1. As despesas com a execução do objeto contratado provêm de recursos próprios da BANDES.

26. DA GARANTIA CONTRATUAL

26.1. Não será exigida garantia contratual.

27. SUBCONTRATAÇÃO

27.1. Não será permitida subcontratação.

28. CONSÓRCIO

28.1. Não será permitido Consórcio.

29. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

29.1. A fiscalização do contrato objeto desta licitação ficará a cargo da Gerência Análise de Crédito – GECRE.

ANEXO II – DOCUMENTOS HABILITATÓRIOS

PREGÃO BANDES ELETRÔNICO Nº 2023/010

1. Conforme o disposto no item 8.1 deste edital, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste edital, a documentação relacionada nos itens abaixo, para fins de habilitação, no momento de cadastramento da proposta, ressaltado os documentos que constam no SICAF.

2. Habilitação Jurídica:

- 2.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 2.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 2.3. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 2.4. No caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos da IN DREI nº 10/2013;
- 2.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento expedido no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente;
- 2.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

3. Regularidade Fiscal:

- 3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 3.2. Prova de regularidade com o INSS, mediante a apresentação da Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
- 3.3. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- 3.4. Prova de regularidade com a **FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO**, mediante emissão de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa de Débitos, que pode ser obtida diretamente no site do órgão (https://internet.sefaz.es.gov.br/agenciavirtual/area_publica/cnd/emissao.php), independente do Estado que a empresa esteja sediada.

4. Qualificação Econômico-Financeira:

- 4.1. Certidão Negativa de Pedido de Falência ou recuperação judicial, expedida na sede da pessoa jurídica, que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão;
 - 4.1.1. Para as praças onde houver mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas tantas certidões quantos forem os cartórios, cada uma emitida por um distribuidor.

- 4.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, exigíveis na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa;
- 4.2.1. As empresas que se utilizam do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, deverão comprovar a Escrituração Contábil Digital – ECD por meio de recibo de entrega junto a Receita Federal, igualmente, deverão apresentar o Balanço Patrimonial do último exercício social exigível.
- 4.2.2. As empresas recém-constituídas, cujo Balanço Patrimonial ainda não seja exigível, deverão apresentar o Balanço de Abertura, contendo carimbo e assinatura do representante legal da empresa e do contador.
- 4.2.3. As empresas que estiveram inativas no ano anterior deverão apresentar cópia da declaração de inatividade entregue à Receita Federal, apresentando o último balanço patrimonial que antecede à condição de inatividade.
- 4.2.4. Somente será habilitado o Licitante que comprovar boa situação financeira através da demonstração de índices de Liquidez Corrente, Solvência Geral e Liquidez Geral, resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com resultado igual ou maior do que 01 (um) em todos os índices aqui mencionados:
- 4.2.4.1. $\text{Liquidez Corrente} = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$.
- 4.2.4.2. $\text{Solvência Geral} = \text{Ativo Total} / \text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}$.
- 4.2.4.3. $\text{Liquidez Geral} = \text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável a Longo Prazo} / \text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}$.
- 4.2.5. Os licitantes que apresentarem resultado menor do que 1,00 (um), em qualquer dos índices referidos no subitem 4.2.4, quando de suas habilitações, deverão comprovar capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor global da proposta, devidamente registrado no Balanço Patrimonial.
- 4.2.6. A comprovação dos índices referidos no subitem 4.2.4, bem como do capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo aludido no subitem 4.2.5, deverão se basear nas informações constantes nos documentos listados no item 4.2, cabendo ao licitante apresentar os cálculos de forma objetiva, sob pena de inabilitação.

5. Qualificação Técnica:

- 5.1. A Licitante deverá apresentar para fins de comprovação de capacidade técnica e como condição de habilitação:
- 5.1.1. Apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 5.1.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:
- 5.1.1.2. Prestação de serviços compatível em características: que a Licitante tenha realizado prestação de serviços de consulta cadastral contendo, no mínimo, os seguintes serviços:
- 5.1.1.3. Consulta Cadastral CPF e CNPJ;
- 5.1.1.4. Score de Crédito PJ;
- 5.1.1.5. Consulta (PEP), Titulares e Relacionados; e
- 5.1.1.6. Enriquecimento de dados Cadastrais a partir do CPF.

- 5.1.1.7. Deverá haver a comprovação de experiência mínima de 1 (um) ano na prestação de serviços de informação de crédito, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes.
- 5.1.1.8. A comprovação do fornecimento do serviço pelo prazo de 12 meses justifica-se para demonstrar a capacidade da Licitante em manter o software estável e em condições operacionais por um período mínimo de tempo, em que pode ser avaliada a usabilidade do software.
- 5.1.2. Declaração de que possui base de dados representativa no estado do Espírito Santo, devendo possuir em seu banco de dados, no mínimo, 240.000 pessoas físicas e 90.000 pessoas jurídicas no ES.
 - 5.1.2.1. O quantitativo foi indicado para manter, no mínimo, o mesmo nível de gestão de risco das operações de crédito atuais e novas contratações, bem como manter a qualidade das informações geradas para subsidiar tomadas de decisões em diversas áreas do Banco.
 - 5.1.2.2. As quantidades descritas acima, referem-se a amostra correspondente a quantidade de pessoas físicas ocupadas no ES no ano de 2020, conforme último Censo do IBGE, e a 20% das pessoas jurídicas ativas no ES, conforme informação constante na fonte de pesquisa da ECONODATA.
6. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
7. O Licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do BANDES e local em que foram prestados os serviços.
8. O Licitante deverá apresentar ainda:
 - 8.1. **DECLARAÇÃO**, conforme modelo do Anexo IV (Declaração)
 - 8.2. **DECLARAÇÃO LGPD**, conforme modelo do Anexo V (Declaração LGPD)
9. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para fins de habilitação deverão conter o nome do Licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:
 - 9.1. Se a Licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
 - 9.2. Se a Licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;
 - 9.3. Se a Licitante for matriz e a responsável pela execução da contratação for filial, a documentação deverá ser apresentada com CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;
 - 9.4. Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
 - 9.5. Figuram como exceções as certidões cuja abrangência atinge tanto a empresa matriz quanto as filiais (INSS e PGFN/RFB).
10. Todas as certidões deverão estar com prazo de validade vigente na data de sua apresentação.
11. Os documentos que não possuírem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor deverão ser datados dos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data de abertura do Pregão.
12. As Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de Regularidade Fiscal, mesmo que essa apresente alguma restrição, caso em que será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para regularização, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente

for declarado vencedor do certame, nos termos do §1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações posteriores.

12.1. O prazo a que se refere o item anterior poderá, a critério do BANDES, ser prorrogado por igual período.

13. Rejeitada a documentação de habilitação, o Pregoeiro inabilitará o Licitante e convocará os demais licitantes, na ordem de classificação, para exame de sua proposta de preço, negociação e análise de documentos de habilitação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital e seus Anexos.
14. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
15. **A licitante que já estiver cadastrada no SICAF, em situação regular, até o terceiro dia útil anterior à data da abertura da sessão pública, ficará dispensada de apresentar os documentos comprobatórios abrangidos pelo referido cadastro que estejam validados e atualizados.**
16. A verificação se dará mediante consulta *online*, realizada pelo Pregoeiro, devendo o resultado ser impresso e anexado ao processo.
17. Na hipótese de falha no SICAF ou nos sítios oficiais, que impossibilite a confirmação da habilitação mencionada neste Anexo, o Pregoeiro assinalará o prazo para que o licitante faça a apresentação da documentação necessária por meio da opção “ENVIO DE ANEXOS”.

ANEXO III – APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO BANDES ELETRÔNICO Nº 2023/010

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

E-MAIL:

REPRESENTANTE LEGAL:

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço de informação de crédito para análise cadastral de clientes, para atender a demanda do BANDES, conforme especificações estabelecidas neste Edital e de seus Anexos.

1. QUADRO RESUMO DA PROPOSTA DE PREÇOS

| ITEM | SERVIÇO | Unidade | Quantidade Estimada | Valor unitário | Valor total estimado |
|----------------------------------|--|---------|---------------------|----------------|----------------------|
| 01 | Consulta Cadastral CPF | Serviço | 13.464 | | |
| 02 | Consulta Cadastral CNPJ | Serviço | 9.566 | | |
| 03 | Score de Crédito PJ | Serviço | 6.600 | | |
| 04 | Consulta (PEP), Titulares e Relacionados | Serviço | 15.840 | | |
| 05 | Enriquecimento de dados Cadastrais a partir do CPF | Serviço | 21.120 | | |
| VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO | | | | | |

2. DESCRIÇÃO DA PROPOSTA

2.1. O valor global estimado da proposta para o período contratual de 24 meses é de R\$ _____ (valor por extenso).

2.2. A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

Obs.: O valor da proposta deve ser expresso em Reais (R\$).

3. DECLARAÇÕES

3.1. Declaro que, nos preços propostos, estão incluídos todos os custos com salários, 13º salários, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, transporte de qualquer natureza, despesas com viagens, hospedagem, materiais empregados, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, administração, tributos, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento, pela CONTRATADA, de suas obrigações para execução do objeto deste edital e seus anexos.

3.2. Declaro que a proposta atende às exigências e especificações contidas neste Edital e seus Anexos.

4. DADOS COMPLEMENTARES PARA EMISSÃO DO CONTRATO

4.1. DADOS DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO (repetir se for mais de um representante):

Nome:
Cargo:
CPF:
RG:
E-mail institucional:

4.2. DADOS DA TESTEMUNHA PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

Nome:
Cargo:
CPF:
RG:
E-mail institucional:

4.3. DADOS BANCÁRIOS PESSOA JURÍDICA – LICITANTE

Nome do Banco
Nº do Banco:
Nº Agência:
Nº Conta:

[Local], [dia] de [mês por extenso] de [ano].

[Nome e assinatura do Representante Legal]

ANEXO IV – DECLARAÇÃO**PREGÃO BANDES ELETRÔNICO Nº 2023/010**

A empresa [Razão Social da empresa], CNPJ n.º [nº do CNPJ], sediada [endereço completo], por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). [nome completo do representante legal], portador(a) da Carteira de Identidade nº [nº da Carteira de Identidade] e do CPF nº [nº do CPF] DECLARA que:

- I. Até a presente data, não se enquadra em qualquer das situações previstas nos artigos 38 e 44 da Lei nº 13.303/2016, artigos 8º e 9º do Regulamento de Licitações e Contratos do BANDES e item 7.3 deste Edital, inexistindo quaisquer fatos impeditivos para sua participação no presente processo licitatório, ciente a obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- II. Não designará, para a execução dos serviços ora licitados, profissionais que sejam cônjuge, companheiro(a) ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de empregado ou diretor do BANDES.
- III. Não se encontra inscrita no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública do Estado do Espírito Santo e não foi declarada inidônea por União, Estados ou Distrito Federal.
- IV. Nesta empresa não há realização de trabalho noturno, perigoso ou insalubre por menores de 18 (dezoito) anos ou a realização de qualquer trabalho por menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, na forma da lei.
- V. Está ciente dos termos do Edital e de seus Anexos, inclusive da Minuta do Contrato, manifestando concordância irrestrita com os termos dos mesmos e de que não poderá alegar desconhecimento para alteração dos preços propostos ou para descumprimento do objeto da licitação.
- VI. Aceita todas as condições exigidas nesta licitação, e concorda com os termos dos documentos que a integram.
- VII. Disponibilizará, no momento da contratação, de todos os recursos humanos e operacionais necessários à execução do objeto licitado.
- VIII. Está em conformidade com as disposições da Lei nº 13.709/18 (LGPD), com relação ao tratamento de dados pessoais na execução do objeto licitado.
- IX. Está ciente do teor do Regulamento de Licitações e Contratos do BANDES, do Código de Conduta para Fornecedores e Parceiros de Negócio do BANDES, bem como da Política de Transação com Partes Relacionadas do BANDES, disponíveis em www.bandes.com.br.
- X. Está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

[Local], [dia] de [mês por extenso] de [ano].

[Nome e assinatura do Representante Legal]

ANEXO V – DECLARAÇÃO LGPD**PREGÃO BANDES ELETRÔNICO Nº 2023/010**

A empresa [Razão Social da empresa], CNPJ n.º [nº do CNPJ], sediada [endereço completo], por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). [nome completo do representante legal], portador(a) da Carteira de Identidade nº [nº da Carteira de Identidade] e do CPF nº [nº do CPF] DECLARA que está em plena conformidade com as disposições da Lei nº 13.709/18 (LGPD), com relação ao tratamento de dados pessoais objeto deste Edital, e comprovará essa adequação na fase de contratação, conforme item **17.2** do edital, através da apresentação da Política de Privacidade de Dados e/ou Política de Proteção de Dados tratados, ou documento equivalente, indicando, obrigatoriamente, a base legal usada nos tratamentos de dados realizados pela empresa, e fonte dos dados tratados.

[Local], [dia] de [mês por extenso] de [ano].

[Nome e assinatura do Representante Legal]

ANEXO VI – MINUTA DE CONTRATO**PREGÃO BANDES ELETRÔNICO Nº 2023/010****CONTRATO Nº ____/2023****CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI FAZEM
O BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A E
_____.**

Partes:

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A, sociedade de economia mista estadual, sediada na Avenida Princesa Isabel, nº 54, Vitória/ES, inscrito no CNPJ sob nº 28.145.829/0001-00, doravante denominado **BANDES**.

_____, pessoa jurídica de direito privado, situada na _____, CEP: _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, doravante denominada **CONTRATADA**.

Por seus representantes legais resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, sujeitando-se as partes às disposições da Lei Federal nº 13.303/2016, o Regulamento de Licitações e Contratos do BANDES, o Código de Conduta para Fornecedores e Parceiros de Negócios, e as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1. Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviço de informação de crédito para análise cadastral de clientes, para atender a demanda do BANDES.
- 1.2. A descrição detalhada e especificação do objeto estão contidas no Anexo Único deste contrato.
- 1.3. Na execução do objeto a CONTRATADA estará obrigada a observar todas as condições estabelecidas neste contrato, especialmente as obrigações constantes da Cláusula Sétima.
- 1.4. Salvo o que tiver sido expressamente modificado pelo presente instrumento, a aquisição e os serviços ora contratados serão efetuados em conformidade com os documentos a seguir enumerados, que passam a integrá-lo como se nele transcritos:
 - a) Proposta Comercial
 - b) Termo de Referência

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 2.1. O prazo de vigência do contrato é de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir de ____/____/____.
- 2.2. O contrato poderá ser prorrogado até o limite de 60 meses, nos termos do art. 144 do Regulamento de Licitações e Contratos do BANDES.
- 2.3. As prorrogações serão permitidas, observados os requisitos previstos no art. 147, do Regulamento de Licitações e Contratos do BANDES, com as devidas justificativas por escrito.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

- 3.1. O objeto será executado de forma indireta, pelo regime de execução por Empreitada por Preço Unitário.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR

- 4.1. Pelos serviços prestados o BANDES pagará à CONTRATADA os seguintes valores unitários:

| ITEM | SERVIÇO | Unidade | Quantidade Estimada | Valor unitário |
|------|--|---------|---------------------|----------------|
| 01 | Consulta Cadastral CPF | Serviço | 13.464 | |
| 02 | Consulta Cadastral CNPJ | Serviço | 9.566 | |
| 03 | Score de Crédito PJ | Serviço | 6.600 | |
| 04 | Consulta (PEP), Titulares e Relacionados | Serviço | 15.840 | |
| 05 | Enriquecimento de dados Cadastrais a partir do CPF | Serviço | 21.120 | |

- 4.2. Pelos serviços prestados, o BANDES pagará mensalmente à CONTRATADA o valor resultante da multiplicação da demanda mensal de consultas efetivamente realizadas pelos valores unitários constantes do item 4.1.
- 4.3. O valor total estimado para o período contratual é de R\$ ____ (_____).
- 4.4. Poderá haver redutores no pagamento devido ao BANDES, caso a CONTRATADA não atenda aos requisitos mínimos previstos no Acordo de Níveis de Serviço, constante do Anexo Único deste instrumento contratual.
- 4.5. Será considerado exclusivamente o valor dos serviços efetivamente realizados, não havendo outras formas de remuneração.
- 4.6. No preço do contrato estão incluídos todos os custos com salários, 13º salários, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, transporte de qualquer natureza, despesas com viagens, hospedagem, materiais empregados, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, administração, tributos, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento, pela CONTRATADA, de suas obrigações.
- 4.7. As despesas com a execução do objeto contratado provêm de recursos próprios do BANDES.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

- 5.1. O contrato poderá ser reajustado aplicando-se como índice de reajuste o IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
- 5.2. O reajustamento de preço respeitará o interregno mínimo legal de 12 (doze) meses.
- 5.3. O marco inicial para a concessão do primeiro reajustamento de preço é o mês de apresentação da última proposta de preços pela CONTRATADA, desconsiderando-se interstícios temporais inferiores há um mês.
- 5.4. Em caso de reajustamento de preço posterior ao primeiro, o marco inicial será a data em que a revisão anterior tiver ocorrido.
- 5.5. O reajustamento do contrato deverá ser pleiteado pela CONTRATADA até a data da prorrogação contratual subsequente, sob pena de preclusão (lógica) do direito ao reajuste.

CLÁUSULA SEXTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

- 6.1. Até o 1º (primeiro) dia útil de cada mês a CONTRATADA disponibilizará Relatório Analítico demonstrando, a quantidade de consultas efetuadas no mês antecedente, bem como os relatórios com as informações definidas no item 10 do Anexo Único.
- 6.2. O BANDES pagará à CONTRATADA pelos serviços, até o 10º (décimo) dia útil após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente aceita pelo BANDES, vedada a antecipação.
- 6.3. O pagamento será realizado através de boleto bancário, depósito ou transferência para conta bancária a ser informada pela CONTRATADA.
- 6.4. A conferência da Nota Fiscal/Fatura será efetuada pelo setor responsável pela fiscalização do contrato, confirmando que os serviços foram prestados na forma CONTRATADA.
- 6.5. O documento de cobrança rejeitado por erros ou incorreções será devolvido à CONTRATADA, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data de sua apresentação.
- 6.6. Em caso de rejeição da Nota Fiscal/Fatura motivada por erro ou incorreções, o prazo de 10 (dez) dias úteis passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.
- 6.7. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidades ou inadimplemento, sem que isso gere direito ao pleito de atualização.
- 6.8. O BANDES poderá deduzir dos pagamentos, importâncias que, a qualquer título, lhe forem devidas pela CONTRATADA em decorrência de inadimplemento do contrato.
- 6.9. Os valores correspondentes às notas fiscais vencidas e **não pagas pelo BANDES** na forma contratual sofrerão a incidência de correção monetária pelo IPCA e de juros de mora na base de 1% (um por cento) ao mês sobre a parcela em atraso.
 - 6.9.1. Os pagamentos das multas de mora serão efetuados pelo BANDES contra apresentação de nota de débito contendo o número do contrato e a Nota Fiscal correspondente.
- 6.10. Fica assegurado ao BANDES o direito de deduzir do pagamento devido à CONTRATADA, independente da aplicação de multas, importância correspondente a:
 - I. Débitos aos quais a CONTRATADA por culpa ou dolo tiver dado causa;
 - II. Despesas relativas à correção de eventuais falhas decorrentes de culpa ou dolo da CONTRATADA;
 - III. Dedução relativa a insumos de sua responsabilidade não fornecidos por culpa ou dolo da CONTRATADA.
- 6.11. Se devido, serão procedidos nos pagamentos a serem efetuados as retenções de impostos nas hipóteses previstas na lei. Caso a CONTRATADA seja optante pelo SIMPLES, deverá apresentar junto com cada NF/Fatura, a cópia do Termo de Opção.
- 6.12. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.
- 6.13. Quando solicitado pelo BANDES, a CONTRATADA deverá comprovar a manutenção das condições de contratação através da apresentação dos seguintes documentos:
 - I. Prova de regularidade com o INSS, mediante a apresentação da Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

- II. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- III. Prova de regularidade com a Fazenda Pública Estadual do Espírito Santo, mediante apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Além das demais condições inseridas neste contrato e anexos, e no termo de referência, constituem obrigações da CONTRATADA, as seguintes:

- I. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;
- II. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao BANDES, aos colaboradores do BANDES ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- III. Prestar o serviço do objeto ao BANDES, correndo por sua conta todas as despesas com tributos, encargos sociais, taxas, fretes, transportes, seguros e quaisquer outros custos que incidam direta ou indiretamente sobre o serviço do objeto;
- IV. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do objeto, tais como: salários, seguros de acidentes, taxas, impostos, contribuições, indenizações, distribuição de vales-refeição, vales-transporte e outras exigências fiscais, sociais ou trabalhistas;
- V. Cumprir durante a execução do contrato, todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais, pertinentes e vigentes, bem como as normas de segurança do BANDES, sendo a única responsável por prejuízos decorrentes de infrações as quais houver dado causa;
- VI. Arcar com a despesa decorrente de qualquer infração, seja ela qual for, desde que praticada por seus empregados durante a execução do contrato;
- VII. Prestar os serviços objeto do contrato, de acordo com as especificações exigidas neste Instrumento e seus anexos;
- VIII. Comunicar ao BANDES, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente;
- IX. Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas na licitação, qualificação e na contratação;
- X. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo BANDES, durante a execução do objeto deste contrato.
- XI. Fornecer todas as informações necessárias para esclarecimento de dúvidas quando solicitadas pelo BANDES, no prazo máximo de 05 dias corridos;
- XII. Não se pronunciar em nome da CONTRATANTE, a órgãos de imprensa, sobre quaisquer assuntos relativos às suas atividades;
- XIII. Observar a legislação ambiental, mantendo guarda de comprovantes de regularidade, a exemplo dos relacionados a descarte de seus materiais;
- XIV. Não subcontratar, no todo ou em parte, os serviços ora licitados;

- XV. Prestar os serviços, quando necessário, no endereço do BANDES.
- XVI. Atualizar o ambiente tecnológico onde está instalada a aplicação, conforme evoluções do mercado (navegadores, sistemas operacionais).
- XVII. Realizar Procedimentos de adequação às mudanças de ordem legal nos sistemas e funcionalidades contratadas;
- XVIII. Prestar os serviços de Suporte Técnico/Funcional de forma remota (via telefone e Portal Internet) e presencial, quando solicitado e se necessário;
- XIX. Indenizar terceiros e/ou BANDES, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a CONTRATADA adotar todas as medidas preventivas cabíveis, tudo com fiel observância às exigências das autoridades e à legislação de regências;
- XX. Registrar as ocorrências havidas durante a execução do presente contrato, de tudo dando ciência ao BANDES, respondendo integralmente por sua omissão;
- XXI. Acatar, imediatamente, qualquer solicitação do BANDES, no sentido de promover o afastamento de quaisquer de seus empregados encarregados da prestação dos serviços, que não mereçam sua confiança ou embaracem a fiscalização ou, ainda, que se comportem de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhes forem atribuídas;
- XXII. Não oferecer este contrato em garantia de operações de crédito bancário;
- XXIII. Garantir e manter total e absoluto sigilo sobre as informações manuseadas, as quais devem ser utilizadas apenas para a condução das atividades autorizadas, não podendo ter quaisquer outros usos, sob pena de rescisão contratual e medidas cíveis e penais cabíveis;
- XXIV. Assumir inteira responsabilidade pelo uso indevido ou ilegal de informações privilegiadas do BANDES, através do manuseio de sistemas e manipulação de dados praticados por seus empregados;
- XXV. Assegurar que os seus equipamentos estarão disponíveis para atendimento às necessidades do CONTRATANTE, conforme ajustado neste contrato, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, em até 99,5% (noventa e nove e meio por cento) do período considerado para faturamento, excluídas as paradas programadas, os casos fortuitos e de força maior. Fica estabelecido, desde já, que eventuais faltas de energia elétrica (apagões) serão consideradas força maior, para todos os fins e efeitos de direito;
- XXVI. Providenciar sob sua responsabilidade todos os equipamentos, materiais, mão-de-obra, ferramentas e transportes necessários à execução dos serviços abrangidos pelo contrato, operando como uma organização completa, independente e sem vínculo com o BANDES, exceto o decorrente do contrato;
- XXVII. Atender a Legislação de Proteção de Dados Pessoais, no momento de sua vigência, nos processos que envolvam tratamento de dados pessoais, inclusive coletando o consentimento do titular da informação nos casos exigidos pela lei;
- XXVIII. Prover de todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- XXIX. Emitir documento fiscal com descrição detalhada da execução do serviço, mencionando ainda a referência ao edital;
- XXX. Liberar atualizações (versões e releases) do sistema em função de evoluções, melhorias ou novas implementações tecnológicas e/ou funcionais realizadas no sistema padrão.

- XXXI. Disponibilizar a documentação técnica necessária para instalar e operar as atualizações liberadas da solução sejam elas totais ou parciais.
- XXXII. Prover uma plataforma de suporte para abertura e acompanhamento de chamados de dúvidas e/ou incidentes, que podem gerar liberação de novas versões ou correções do produto.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO BANDES

8.1. Obriga-se o BANDES, no âmbito de sua competência, e nos limites deste contrato a:

- I. Acompanhar e fiscalizar execução do objeto do contrato e aplicar as medidas corretivas necessárias, inclusive às penalidades legalmente previstas, comunicando à Contratada as ocorrências que exijam medidas corretivas;
- II. Não reproduzir, divulgar e/ou fornecer a terceiros, as informações obtidas por este contrato, exceto mediante prévia e expressa autorização da Contratada;
- III. Impedir que terceiros estranhos ao contrato executem a obra, prestem os serviços ou forneçam o objeto contratado, conforme o caso, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no contrato;
- IV. Conferir e receber o objeto nos termos deste contrato, de seus anexos, do Termo de Referência e do Edital;
- V. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com o contrato, com seus anexos e com o Termo de Referência;
- VI. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pelo BANDES, não devem ser interrompidos;
- VII. Disponibilizar à CONTRATADA toda a documentação, informações e condições inerentes ao objeto contratado. As informações deverão ser fornecidas em tempo hábil para que a CONTRATADA possa cumprir os prazos acordados;
- VIII. Efetuar os pagamentos correspondentes aos serviços prestados pela CONTRATADA, nos termos deste contrato;
- IX. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre quaisquer irregularidades que venham ocorrer, em função da execução do objeto;
- X. Coordenar, através do fiscal do contrato, a execução do objeto pela CONTRATADA, efetuando os contatos necessários.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES APLICÁVEIS

- 9.1. Pela inexecução total ou parcial deste contrato, erro ou demora na sua execução, ou ainda, pelo descumprimento de qualquer obrigação nele assumida, a CONTRATADA será notificada pelo BANDES, sendo-lhe garantida prévia defesa. Caso as razões por ela apresentadas sejam consideradas improcedentes, o BANDES poderá aplicar-lhe as seguintes sanções:
- I. Advertência, quando ocorrer:
 - a) Descumprimento das obrigações contratuais que não acarretem prejuízos para o BANDES;
 - b) Execução insatisfatória ou pequenos transtornos aos serviços, desde que sua gravidade não recomende a

aplicação de multa ou suspensão temporária.

II. Multa, nos percentuais e condições indicados abaixo:

- a) 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso ou falha na execução dos serviços, calculada sobre o valor da fatura do período em que ocorreu o descumprimento e contada da data de comunicação à CONTRATADA sobre o atraso ou falha na execução dos serviços;
- b) Até 5% (cinco por cento) em caso de inexecução parcial do objeto e qualquer descumprimento contratual, calculados sobre o valor da fatura do período em que ocorreu o descumprimento, apurada de acordo com a gravidade da infração;
- c) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato mencionado no item 4.2 deste contrato, pela inexecução total do objeto.

III. Suspensão temporária de participação em licitação e contratação com o BANDES, por prazo não superior a 02 (dois) anos, caso a CONTRATADA:

- a) Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da contratação;
- c) Demonstre não possuir idoneidade para contratar com o BANDES em virtude de atos ilícitos praticados;
- d) Apresentar documentação falsa exigida para a contratação;
- e) Ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação;
- f) Falhar ou fraudar na execução do contrato, acarretando prejuízos ao BANDES;
- g) Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei Federal nº 12.846/2013.

9.2. A sanção de multa pode ser aplicada juntamente com as penalidades de advertência e suspensão.

9.3. A multa prevista nesta cláusula será descontada, de imediato, dos pagamentos devidos ou cobrada judicialmente, se for o caso.

9.4. Em caso de suspensão temporária de participação em licitação e contratação, o BANDES encaminhará as informações da sanção para o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, conforme previsto no Art. 23 Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.5. Caberá apresentação de defesa prévia pela CONTRATADA, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação inicial acerca da infração a ela imputada, devendo ser observado o contraditório e a ampla defesa antes da aplicação de qualquer sanção.

9.6. O processo para aplicação de sanções obedecerá às normas estabelecidas nos arts. 189 a 192 do Regulamento de Licitações e Contratos do BANDES.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1. A inexecução, total ou parcial, deste contrato poderá dar ensejo a sua rescisão e acarretará as consequências previstas na Lei 13.303/2016 e no Regulamento de Licitações e Contratos do BANDES.

10.2. Constituem motivos para rescisão deste Contrato:

- I. O não cumprimento injustificado de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- II. Subcontratação total do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital ou no contrato;
- III. O descumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
- IV. A prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei Federal nº. 12.846/2013;
- V. A inobservância das vedações previstas nos arts. 8º e 9º do Regulamento de Licitações e Contratos do BANDES;
- VI. Prática de atos que prejudiquem ou comprometam a imagem ou reputação do BANDES, direta ou indiretamente;
- VII. O cometimento reiterado de falhas na execução contratual, devidamente registradas pelo fiscal do contrato;

10.3. O não cumprimento injustificado de cláusulas contratuais será considerado nos casos em que as razões apresentadas pela CONTRATADA sejam consideradas improcedentes pelo BANDES.

10.4. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, devendo ser assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa.

10.5. A rescisão nas hipóteses do item 10.2 acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das demais sanções previstas neste contrato:

- I. Assunção imediata do objeto contratado, pelo BANDES, no estado e local em que se encontrar;
- II. Execução da garantia contratual, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pelo BANDES;
- III. Na hipótese de insuficiência da garantia contratual, a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados ao BANDES.

10.6. O processo para rescisão do contrato obedecerá às normas estabelecidas nos arts. 189 a 192 do Regulamento de Licitações e Contratos do BANDES.

10.7. A rescisão do contrato poderá ocorrer de forma amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para o BANDES.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

11.1. Eventuais alterações contratuais somente poderão ocorrer mediante acordo entre as partes e reger-se-ão pela disciplina dos arts. 150 a 157, do Regulamento de Licitações e Contratos do BANDES, e art. 81 da Lei 13.303/2016.

11.2. A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem nos serviços até 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do Contrato, desde que dentro do escopo contratado, nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos do BANDES.

11.3. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido no subitem anterior, salvo as supressões resultantes de acordos celebrados entre as partes.

- 11.4. O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato poderá ser concedido desde que verificados os seguintes requisitos:
- I. O evento seja futuro e incerto;
 - II. O evento ocorra após a apresentação da proposta;
 - III. O evento não ocorra por culpa da CONTRATADA;
 - IV. A modificação seja substancial nas condições contratadas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do contratado e a retribuição do BANDES;
 - V. Haja nexo causal entre a alteração dos custos com o evento ocorrido e a necessidade de recomposição da remuneração correspondente em função da majoração ou minoração dos encargos do contratado;
 - VI. Seja demonstrada pela CONTRATADA a quebra de equilíbrio econômico-financeiro do contrato, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que a contratação se tornou inviável nas condições inicialmente pactuadas.
- 11.5. Ressalvados os tributos sobre a renda ou lucro, quaisquer outros tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.
- 11.6. As alterações contratuais deverão ser formalizadas por meio de termos aditivos, exceto as que digam respeito à variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato e às atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, que poderão ser registradas por simples apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SUBCONTRATAÇÃO

- 12.1. Não será permitida a subcontratação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CONDUTA ÉTICA DO CONTRATADO E DO BANDES

- 13.1 A CONTRATADA e o BANDES comprometem-se a manter a integridade nas relações público-privadas, agindo de boa-fé e de acordo com os princípios do interesse público, da integridade, da imparcialidade, da transparência, da honestidade, da responsabilidade, do respeito, da competência e eficiência.
- 13.2 Em atendimento ao disposto no item 13.1 desta Cláusula, a CONTRATADA obriga-se, inclusive, a:
- I. Não oferecer, prometer, dar, autorizar, solicitar ou aceitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, seja pecuniária ou de outra natureza, consistente em fraude, ato de corrupção ou qualquer outra violação de dever legal, relacionada com este Contrato, bem como a tomar todas as medidas ao seu alcance para impedir administradores, empregados, agentes, representantes, fornecedores, contratados ou subcontratados, seus ou de suas controladas, de fazê-lo;
 - II. Impedir o favorecimento ou a participação de empregados e dirigentes do BANDES, ou seus parentes até o terceiro grau, na execução do objeto do presente Contrato, em situação de conflito de interesse;
 - III. Adotar, na execução dos serviços, boas práticas de sustentabilidade ambiental, de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição.

- 13.3 Verificada uma das situações mencionadas no inciso II do item 13.2 desta Cláusula, compete à CONTRATADA afastar imediatamente da execução do Contrato os agentes que impliquem a ocorrência dos impedimentos e favorecimentos aludidos, além de comunicar tal fato ao BANDES, sem prejuízo de apuração de sua responsabilidade, caso tenha agido de má-fé.
- 13.4 A CONTRATADA declara ter conhecimento do Código de Conduta para Fornecedores e Parceiros de Negócio do BANDES, que pode ser consultado por intermédio do sítio eletrônico www.bandes.com.br ou requisitado ao Fiscal do Contrato.
- 13.5 Eventuais irregularidades ou descumprimentos das normas internas do BANDES ou da legislação vigente podem ser denunciados por meio do canal de denúncias na página do BANDES na internet (www.bandes.com.br).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD) – DPA

- 14.1 Em atendimento ao disposto na Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), a CONTRATADA, para execução do serviço objeto do contrato originário, tem acesso a dados pessoais e dados pessoais sensíveis de clientes e/ou empregados/ex-empregados do BANDES, para prestação de serviços oferecidos pelo CONTRATANTE, tais como, mas não se limitando a: Nome completo, Data de nascimento, Número da Carteira de Identidade (RG), Número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), Número da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), Endereço completo, Nacionalidade, Estado Civil/Regime de Casamento, Profissão, Números de telefone, WhatsApp e endereços de e-mail, dentre outros sujeitos à LGPD.
- 14.2 A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pela CONTRATANTE.
- 14.3 A CONTRATADA tem acesso aos dados mencionados no caput desta cláusula, com a finalidade, conforme art. 6º, inciso I, da Lei nº 13.709/2018, de prestação de serviços referentes ao objeto descrito detalhadamente neste contrato.
- 14.4 É vedado à CONTRATADA utilizar todo e qualquer dado repassado pela CONTRATANTE para finalidade distinta do objeto contratado, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
- 14.5 A CONTRATANTE garante que os Dados Pessoais eventualmente compartilhados com a CONTRATADA, bem como qualquer tratamento realizado pela CONTRATADA em nome da CONTRATANTE, estarão amparados por uma base legal válida, legítima e adequada para a(s) finalidade(s) do tratamento em questão, na forma autorizada pela legislação aplicável.
- 14.6 A CONTRATADA poderá realizar a transferência de dados pessoais a terceiros, para viabilizar o melhor desempenho das atividades vinculadas às finalidades descritas neste instrumento assim como para gestão, segurança, armazenamento e backup em nuvem. Havendo a necessidade de Transferência Internacional de Dados Pessoais para a execução do Contrato, seja pela CONTRADATA ou CONTRATANTE, e caso o país de destino não possua nível adequado de proteção de Dados Pessoais conforme determinações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), a parte que compartilhar o dado pessoal deverá garantir que a Transferência Internacional ocorra de acordo com um dos mecanismos previstos na LGPD e demais Leis e Regulamentos de Proteção de Dados.
- 14.7 A CONTRATADA deverá manter registro escrito das atividades de tratamento de dados pessoais que executar.
- 14.8 A CONTRATADA cumprirá todas as determinações legais para proteção dos dados pessoais que estiverem em sua custódia, atendendo especialmente aos princípios de adequação, necessidade e finalidade, e limitará internamente o acesso aos dados aos colaboradores estritamente necessários ao atendimento da finalidade.

- 14.9 A CONTRATADA se compromete a tomar todas as medidas de segurança adequadas para prevenir o acesso não autorizado, modificação ou exclusão dos dados pessoais tratados em nome do CONTRATANTE. As medidas exigidas pelo CONTRATANTE são:
- a. Programa de conformidade, conforme art. 50 da Lei nº 13.709/2018.
 - b. Sistemas com restrição e registro de acesso por usuário.
 - c. Termo de confidencialidade com todos os colaboradores que possam ter acesso aos dados pessoais objeto deste contrato.
 - d. Política de privacidade e instruções internas sobre utilização de dados pessoais.
 - e. Possibilidade de detecção de vazamentos ou acessos não autorizados, bem como plano de resposta a incidentes de segurança.
 - f. Possibilidade de restauração de dados pessoais em casos de algum incidente (backups seguros).
 - g. Controles internos que testem regularmente a efetividade das medidas de segurança adotadas.
 - h. Garantia de fácil acesso, modificação ou exclusão dos dados, se necessário.
 - i. Registro das operações de tratamento realizadas.
- 14.10 A CONTRATADA se compromete, em nome de seus sócios, colaboradores e parceiros, a manter o sigilo e a confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis - repassados pela CONTRATANTE, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do contrato.
- 14.11 A CONTRATADA obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que se tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.
- 14.12 A CONTRATADA deve assegurar-se de que seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.
- 14.13 Quando houver o repasse de qualquer informação em vista de obrigação legal, conforme previsto no caput, a CONTRATADA deve informar à CONTRATANTE antecipadamente, listando quais dados serão repassados, a forma de repasse, a lei que obriga a transferência, ou a cláusula contratual a ser cumprida e por quanto tempo o terceiro permanecerá com o a informação antes da exclusão, em observância ao princípio da transparência (art. 6º, inciso VI, LGPD).
- 14.14 A CONTRATADA adotará técnicas e padrões razoáveis e disponíveis na ocasião do tratamento, para guarda segura dos dados pessoais e dados pessoais sensíveis repassados pela CONTRATANTE, em consonância com o disposto no art. 46 da LGPD.
- 14.15 A qualquer tempo, o CONTRATANTE poderá realizar auditoria em todas as dependências da CONTRATADA, bem como solicitar esclarecimentos e documentos, a fim de verificar o cumprimento das medidas de segurança exigidas por meio deste contrato.

- 14.16 A CONTRATANTE poderá requerer a interrupção do tratamento dos dados pessoais caso detecte qualquer inconformidade com o presente contrato ou com as exigências legais ou regulatórias sobre tratamento de dados pessoais.
- 14.17 Nos termos do art. 18 da LGPD, o titular dos dados pessoais tem direito a obter das partes A CONTRATANTE, a qualquer tempo e, mediante requisição simplificada, a confirmação da existência de tratamento; o acesso aos dados; a correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados; a anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na lei; a portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa e observados os segredos comercial e industrial, de acordo com a regulamentação do órgão controlador; a eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular, exceto nas hipóteses previstas no art.16 da LGPD; a informação das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados; a informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa; e a revogação do consentimento, nos termos do art.8º, § 5º, da LGPD.
- 14.18 A CONTRATADA fica obrigada a comunicar no prazo legal, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD, com a comunicação aos titulares de dados, à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e ao CONTRATANTE.
- 14.19 A CONTRATADA responderá administrativa e judicialmente, em caso de causar danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados pelo CONTRATANTE, por inobservância à LGPD.
- 14.20 Caso a CONTRATADA não cumpra quaisquer das obrigações estabelecidas nesta cláusula, ficará sujeito a multa diária de natureza não compensatória correspondente a 1% (um por cento) do valor do contrato, desde a data do inadimplemento até o efetivo cumprimento da obrigação.
- 14.21 A CONTRATADA realizará o tratamento de dados enquanto perdurar o contrato de prestação de serviços, se comprometendo à exclusão dos dados pessoais aos quais tem acesso, ao término do contrato, sem retenção de qualquer cópia ou backup de tais dados, salvo nos casos de necessidade de guarda das informações, para cumprimento de obrigações legais ou regulatórias.
- 14.22 Todas as comunicações que versem sobre proteção de dados deverão ser realizadas por escrito, preferencialmente por e-mail, encaminhadas para lgpd@bandes.com.br.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS

- 15.1 Aplicam-se ao presente contrato, no que couberem, as disposições da Lei 13.303/2016 e Regulamento de Licitações e Contratos do BANDES, bem como as disposições abaixo:
- I. As relações entre o BANDES e a CONTRATADA serão sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais, determinados pela urgência das medidas que deverão, todavia, ser confirmados por escrito dentro de 05 (cinco) dias úteis;
 - II. Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das responsabilidades do contrato, nem implicará em aprovação definitiva do fornecimento realizado, salvo disposição em contrário, estabelecida neste instrumento.
 - III. Não valerá como precedente ou novação ou, ainda, como renúncia aos direitos que a legislação e o contrato asseguram ao BANDES, a tolerância de sua parte quanto a eventuais infrações da CONTRATADA às condições estabelecidas no instrumento contratual e seu anexo.
 - IV. Fica expresso e irrevogavelmente estabelecido que a abstenção do exercício, por parte do BANDES, de quaisquer direitos ou faculdades que lhe assistam em decorrência do contrato ou a concordância com o

atraso no cumprimento das obrigações da parte inadimplente, não atingirá aqueles direitos ou faculdades que poderão ser exercidos na forma estabelecida no instrumento contratual, até a data em que estiverem cumpridas todas as obrigações mútuas.

- V. A fusão, cisão ou incorporação, só serão admitidas desde que comunicadas previamente ao BANDES, cuja manutenção do contrato deverá ser manifestada expressamente, sem que cause qualquer prejuízo à boa execução, e que a empresa sucessora possua os requisitos de habilitação exigidos inicialmente, para que possa dar continuidade ao objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO

- 16.1 A presente contratação é resultado do Pregão Eletrônico nº 2023/010 – Processo AD 029/2023, autorizado pela Diretoria Executiva do BANDES em Reunião realizada no dia 15/03/2023, nos termos do Voto DIROP nº 009/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

- 17.1 As partes elegem, de comum acordo, o foro de Vitória, Comarca da Capital do Estado de Espírito Santo, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões que se originam deste contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito na presença das testemunhas abaixo firmadas.

Vitória/ES, __ de _____ de 2023.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A – BANDES

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

ANEXO ÚNICO (DO CONTRATO)**1. OBJETO**

- 1.1. Contratação de empresa para prestação de serviço de informação de crédito para análise cadastral de clientes, para atender a demanda do BANDES, conforme especificações estabelecidas neste Anexo.

| ITEM | DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO | Unidade de Medida | Quantidade |
|------|--|-------------------|------------|
| 1 | Consulta Cadastral CPF | Consultas | 13.464 |
| 2 | Consulta Cadastral CNPJ | Consultas | 9.566 |
| 3 | Score de Crédito PJ | Consultas | 6.600 |
| 4 | Consulta (PEP), Titulares e Relacionados | Consultas | 15.840 |
| 5 | Enriquecimento de dados Cadastrais a partir do CPF | Consultas | 21.120 |

- 1.2. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

2. ESPECIFICAÇÕES DO SERVIÇO

- 2.1. Para subsidiar o processo de concessão, gestão e acompanhamento de crédito, a empresa deverá disponibilizar uma solução, informatizada, contemplando a instalação, treinamento, manutenção, suporte e atualização, quando necessários, e que seja passível de obtenção das informações por meio de API ou por meio de consulta via ambiente web, contendo minimamente as informações a seguir elencadas, nas condições destacadas:

2.1.1. Análise cadastral;

2.1.2. Enriquecimento de base de dados cadastrais;

2.1.3. Acesso a dados do Cadastro Positivo;

2.1.4. Mecanismo de atribuição de probabilidade de perda e classificação de risco para pessoa física para um horizonte de, pelo menos, seis meses;

2.1.5. Mecanismo de atribuição de probabilidade de perda e classificação de risco para pessoa jurídica num horizonte de, pelo menos, seis meses, elaboradas com base em modelos matemáticos/estatísticos, que efetuem ponderações e atribuam pontuações para as variáveis analisadas;

2.1.6. Apuração de risco de crédito, com base nas análises efetuadas e em modelos matemáticos e estatísticos;

2.1.7. Informações sobre pessoas politicamente expostas;

2.1.8. Informações sobre empresas abrangidas pela Lei 11.101/05 (falência, recuperação judicial) e situações ainda existentes de concordata (Decreto Lei 7.661/45);

2.1.9. Outros produtos e subprodutos que o fornecedor venha a disponibilizar visando ao aprimoramento dos serviços fornecidos;

2.1.10. Controle de acesso aos produtos e serviços oferecidos.

- 2.2. A critério do BANDES, o acesso aos serviços será feito mediante disponibilização de login e senha pela Contratada em quantidade ilimitada, para acesso a sua Home Page e/ou através de API disponibilizada pela Contratada e/ou através de troca de arquivos, conforme layout definido pela Contratada.

- 2.3. A Contratada deverá fornecer gratuitamente os layouts para transmissão eletrônica de dados e para comunicação com o BANDES.
- 2.4. A Contratada deverá disponibilizar sistema de gestão contratual, oferecendo “contas-logon master” que permitam o acesso ao sistema para relatórios e consultas de faturas, obter demonstrativos das consultas realizadas, e ter acesso a quaisquer outros controles que a contratada venha a disponibilizar no referido sistema.
- 2.5. A Contratada deverá atender a Legislação de Proteção de Dados Pessoais, no momento de sua vigência, nos processos que envolvam tratamento de dados pessoais, inclusive coletando o consentimento do titular da informação nos casos exigidos pela lei.
- 2.6. A solução deve permitir acesso via web em tempo real de consulta e por meio de API;
- 2.7. Quanto a situação cadastral, a solução deve permitir, além da visualização gráfica, a exportação dos resultados consolidados das análises em arquivos em formato de impressão, no mínimo com a extensão PDF e HTML;
- 2.8. licenças de softwares de terceiros necessárias para o perfeito funcionamento do ambiente, aplicação de patches, correções e atualizações de todo o ambiente deverão estar incluídas;
- 2.9. Deve considerar a capacitação dos usuários do banco de desenvolvimento no uso do sistema.

3. DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS

3.1. CONSULTA CADASTRAL CPF/CNPJ OU LOCALIZAÇÃO DE UM CPF:

3.1.1. **Identificação do consumidor:** Informações cadastrais usando CPF ou CNPJ como parâmetro, contendo no mínimo:

- 3.1.1.1. Nome referente ao CPF;
- 3.1.1.2. Data de nascimento referente ao CPF;
- 3.1.1.3. Nome da mãe referente ao CPF;
- 3.1.1.4. Razão Social do CNPJ;
- 3.1.1.5. Razão Social anterior e data de alteração;
- 3.1.1.6. Município de localização do CNPJ;
- 3.1.1.7. Data de Constituição do CNPJ;
- 3.1.1.8. Número do último registro na Junta Comercial/Cartório e data de registro;
- 3.1.1.9. Valor do capital total;
- 3.1.1.10. Natureza do capital (aberto, fechado)
- 3.1.1.11. Dados dos sócios/ acionistas/ titular/ administradores
- 3.1.1.12. Quadro executivo: diretores/ administradores
- 3.1.1.13. Número de Telefone, endereço e e-mail.

3.1.2. Situação do CPF ou CNPJ na Receita Federal: Informação sobre a situação do cadastro de PF e PJ (Ativo, Inativo, regular, pendente de regularização, suspensão, cancelado ou nulo).

3.1.3. Participação Societária:

3.1.3.1. Quadro societário: acionistas/sócios/titular, CPF/CNPJ, nome/ razão social, data de entrada no quadro societário, nacionalidade, percentual do capital votante e percentual de capital total;

3.1.3.2. Participação do CNPJ ou CPF consultado em outras empresas: Razão social, tipo de participação, percentual de participação e demais sócios.

3.1.4. Protesto de títulos: Informação de que um determinado CPF ou CNPJ possui registro lavrado por Tabelião de Protesto de Títulos estabelecido no país, por ato formal e solene pelo qual prova a inadimplência e o descumprimento da obrigação originada em títulos de crédito e outros documentos de dívida. A informação deve ser composta de no mínimo os seguintes dados:

3.1.4.1. Descrição do tipo de ocorrência (Protesto);

3.1.4.2. Quantidade total de ocorrências;

3.1.4.3. Valor do título protestado;

3.1.4.4. Cartório de protesto de Títulos e Letras;

3.1.4.5. Cidade do cartório onde ocorreu o protesto;

3.1.4.6. UF do estado do cartório onde ocorreu o protesto.

3.1.5. Ações Judiciais: Informação que um determinado CPF ou CNPJ figure como réu em processo judicial por motivo de conflito de interesse. A informação de ações judiciais deve ser composta de no mínimo os seguintes dados:

3.1.5.1. Quantidade total de ocorrências;

3.1.5.2. Descrição do tipo de ocorrência (ação judicial);

3.1.5.3. Número da Vara civil;

3.1.5.4. Cidade do cartório;

3.1.5.5. UF da Cidade do cartório.

3.1.6. Alerta de Perda/roubo/furto de documentos: Informação que um determinado CPF teve perda, roubo ou furto de algum documento.

3.1.7. Cheque sem provisão de fundos: Informação de cheque sem provisão de fundos de um determinado CPF ou CNPJ constantes do Cadastro de Emitentes de Cheques Sem Fundos (CCF) para praças de todo país.

3.1.8. Pendência de pagamento em Instituição Financeira: Informações que um CPF ou CNPJ possui registro relativo a contrato de operações de créditos vencidas e não pagas junto a Instituição Financeira estabelecida no país. A informação de pendência de pagamento deve ser composta de no mínimo os seguintes dados:

3.1.8.1. Quantidade total de ocorrências;

3.1.8.2. Descrição do tipo de ocorrência (pendência de pagamento em IF);

3.1.8.3. Nome da Instituição Financeira de origem da ocorrência;

3.1.8.4. Descrição da Natureza da Operação (modalidade de crédito);

3.1.8.5. Data do registro;

3.1.8.6. Valor do registro.

3.1.9. Pendência de pagamento no mercado em geral: Informações que um CPF ou CNPJ possui registro relativo a contrato de operações de créditos vencidas e não pagas no comércio em geral: indústria, concessionárias de contas de consumo, instituição de ensino e comércio estabelecidos no país. A informação de pendência de pagamento deve ser composta de no mínimo os seguintes dados:

3.1.9.1. Quantidade total de ocorrências;

3.1.9.2. Descrição do tipo de ocorrência (pendência de pagamento no mercado em geral);

3.1.9.3. Nome da empresa de origem do registro;

3.1.9.4. UF e Praça da empresa de origem da ocorrência;

3.1.9.5. Data do registro;

3.1.9.6. Valor do registro.

3.1.10. Falência/Recuperação Judicial: Registro de que um CNPJ possui registro que tenha ingressado com pedido de recuperação judicial e foi aceita por um juiz. A informação de falência/recuperação judicial deve ser composta de no mínimo os seguintes dados:

3.1.10.1. Descrição do tipo de ocorrência (Falência/Recuperação Judicial);

3.1.10.2. Data da ocorrência.

3.1.11. Participação em empresa falida: Registro de que um CPF figurou como sócio ou administrador de empresas que por eventual crise financeira ou insucesso empresarial foi levada a inatividade. A informação de participação em insucesso empresarial deve ser composta dos seguintes dados:

3.1.11.1. Quantidade total de ocorrências de falência decretada com participação do CPF;

3.1.11.2. Descrição do tipo de ocorrência (Insucesso Empresarial);

3.1.11.3. CNPJ da empresa falida;

3.1.11.4. Data do registro.

3.1.12. Registro de consultas: Histórico das últimas consultas feitas a um CPF ou CNPJ.

3.1.13. Consulta para Localização de um CPF: pesquisa de dados básicos usando o nome do pesquisado como parâmetro. A informação deve conter minimamente: Número do CPF referente ao nome consultado; Data de Nascimento; Cidade e estado do nome pesquisado.

3.2. SCORE PJ:

3.2.1. Para fins de Concessão de crédito: objetivando viabilizar a concessão de crédito aos clientes, e obedecer às normas emanadas pelo Banco Central do Brasil quanto à classificação de risco do cliente e da operação,

deverá ser apresentada uma solução que possibilite o BANDES consultar a probabilidade de inadimplência e classificação de risco de um CNPJ consultado.

3.2.2. Tanto a probabilidade de inadimplência quanto a classificação de risco, devem levar em consideração um horizonte de 06 (seis) meses e serem elaboradas com base em modelos matemáticos/estatísticos, que efetuem ponderações e atribuam pontuações para as variáveis analisadas.

3.2.3. A ferramenta disponibilizada para a classificação do risco do cliente e probabilidade de inadimplência, conforme determina a resolução BACEN 2682/99, deverá utilizar-se de metodologias de análises que considerem diversas variáveis, a saber:

3.2.3.1. Situação econômico-financeira;

3.2.3.2. Grau de endividamento;

3.2.3.3. Capacidade de geração de resultados;

3.2.3.4. Fluxo de caixa;

3.2.3.5. Administração e qualidade de controles;

3.2.3.6. Pontualidade e atrasos nos pagamentos;

3.2.3.7. Contingências;

3.2.3.8. Setor de atividade econômica;

3.3. CONSULTA A PESSOA EXPOSTA POLITICAMENTE (PEP), TITULARES E RELACIONADOS:

3.3.1. Contratação de um serviço de acesso à dados de Pessoa Exposta Politicamente (PEP) titulares e relacionados que contemple os seguintes itens:

3.3.1.1. A base de informações de PEP deve ser constituída atendendo as definições de Pessoa Exposta Politicamente da Circular Bacen 3978/2020, e Circular Susep nº 612/2020 vigentes.

3.3.1.2. Consideram-se PEP os agentes públicos que desempenham ou tenham desempenhado, nos últimos cinco anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiros, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, denominados neste documento como titulares, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo, denominados neste documento como relacionados.

3.3.1.3. São considerados familiares os parentes, na linha reta, até o primeiro grau, o cônjuge, o companheiro, a companheira, o enteado e a enteada.

3.3.2. Os dados atualizados de PEP devem possuir abrangência nacional, estadual e municipal dos seus Titulares e Relacionados e estarem disponíveis para consulta pontual por meio de API ou via web, na área restrita e atualizados no mínimo semestralmente;

3.3.3. Dentre as informações disponibilizadas pela Contratada, deverão conter obrigatoriamente:

3.3.3.1. CPF do titular do Cargo;

3.3.3.2. Nome da Pessoa Exposta Politicamente;

3.3.3.3. CPF da Pessoa relacionada, quando couber;

3.3.3.4. Nome da Pessoa Relacionada, quando couber;

3.3.3.5. Descrição da Função;

3.3.3.6. Nome do órgão;

3.3.3.7. CNPJ do órgão;

3.3.3.8. Município;

3.3.3.9. Unidade Federativa;

3.3.3.10. Data da Nomeação;

3.3.3.11. Data da Exoneração, quando couber;

3.4. ENRIQUECIMENTO DE DADOS CADASTRAIS A PARTIR DO CPF:

3.4.1. A Contratada deverá disponibilizar uma solução para tratamento de dados e informações através da análise da carteira de clientes, com a garantia de dados atuais e válidos.

3.4.2. Os dados básicos mínimos que deverão ser gerados a partir de um CPF são: Nome Completo, Data de Nascimento, Endereço, Telefone, E-mail e Nome da mãe.

4. REQUISITOS TÉCNICOS

4.1. A fornecedora da solução deverá construir e publicar o meio de comunicação com o BANDES, cujo padrão da interface deve ser Web Service;

4.2. A fornecedora da solução deverá fornecer a API de integração ao BANDES e os retornos das pesquisas em formato XML/JSON, sendo os parâmetros de retorno fornecidos pelo BANDES;

4.3. A fornecedora da solução deverá fornecer o Web Service em modelo (REST ou SOAP) ao BANDES e os retornos das pesquisas em formato JSON/XML;

4.4. Deve ser fornecido pela fornecedora da solução endereço do webservice em homologação com os mesmos serviços, métodos e parâmetros do ambiente de produção;

4.5. Disponibilizar a documentação necessária para integração dos serviços disponibilizados via API da contratada.

5. IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. A CONTRATADA deverá implantar o sistema, no prazo máximo de 05 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, oferecendo “contas-logon master” que permitam o acesso aos relatórios e consultas.

6. PRAZOS E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. Os serviços de atualização corretiva, legal/tecnológica, adaptativa e evolutiva, além do suporte técnico/funcional estão incluídos na licença de uso, não representando custo adicional ao Banco de desenvolvimento.

6.2. As atualizações adaptativas / evolutivas serão requeridas através de ordem de serviço definido pelo BANDES além da abertura do chamado técnico.

6.3. Os incidentes e requisições, as atualizações corretiva e legal / tecnológica serão realizadas através de abertura de chamado técnico, via portal ou outra ferramenta disponibilizada pela CONTRATADA para este fim. A CONTRATADA

deverá ter um ponto único de contato, todas as solicitações de atendimento devem ser direcionadas para equipe de Service Desk da CONTRATADA que será responsável por categorizar, priorizar de acordo com o tipo de solicitação e encaminhar para a equipe responsável pela solução. A equipe do Service Desk também será responsável por manter a CONTRATANTE informada sobre o andamento de suas solicitações, através do contato via portal ou outra ferramenta, telefone ou e-mail.

- 6.4. A partir do recebimento do incidente emitido pela CONTRATANTE (considerando os graus de severidade descritos e atribuídos a critério da mesma), a CONTRATADA deverá efetuar a correção do defeito no prazo máximo abaixo definido:

| Severidade | Prazo de solução |
|------------|--|
| Crítico | Até 4 horas corridas |
| Alto | Até 8 horas corridas |
| Moderado | Até 12 horas úteis (dentro do horário comercial) |
| Baixo | Até 24 horas úteis (dentro do horário comercial) |

- **Crítico:** Aplicação indisponível em sua totalidade, impedindo a continuidade de qualquer fluxo de negócio do cliente. (Exemplo: impossibilidade de acesso à aplicação por indisponibilidade total dela).
- **Alto:** Aplicação com funcionalidade crítica com degradação de performance ou instabilidade ou intermitência, afetando a continuidade do fluxo de negócio do cliente. (Exemplo: aplicação operando com performance abaixo do esperado ou com intermitência, porém, ainda operando).
- **Moderado:** Funcionalidade não crítica da aplicação indisponível ou com degradação de performance, não afetando a continuidade do fluxo de negócio do cliente, porém afeta vários usuários. (Exemplo: impedimento da sequência do fluxo de negócio para uma ou poucas propostas).
- **Baixo:** Funcionalidade não crítica da aplicação indisponível ou com degradação de performance, não afetando a continuidade do fluxo de negócio do cliente, ocorrendo para um usuário apenas. (Exemplo: extração de relatório com problema ou consulta específica de um registro indisponível).

6.4.1. Entende-se por incidente interrupções não previstas de um serviço de TI ou ainda a queda da qualidade de um serviço de TI.

- 6.5. A partir do recebimento de requisições emitida pela CONTRATANTE (considerando os graus de severidade descritos e atribuídos a critério da mesma), a CONTRATADA deverá efetuar o atendimento da requisição no prazo máximo abaixo definido;

| Severidade | Prazo de solução |
|-------------|--|
| Requisições | Até 24 horas úteis (dentro do horário comercial) |

- 6.6. São exemplos de requisições, mas não limitam a:

- 6.6.1. Esclarecimento de dúvidas sobre a utilização do sistema ou funcionalidade;
- 6.6.2. Desbloqueio e reset de senhas;
- 6.6.3. Criação de logon;
- 6.6.4. Execução de parametrizações específicas (quando não puderem ser realizadas pelos próprios usuários);
- 6.6.5. Extração de relatórios (quando não atendidos pelos relatórios da aplicação);
- 6.6.6. Execução de consultas pontuais ao banco de dados (quando não atendidos pelos relatórios da solução).

6.6.7. Consultas pontuais ao banco de dados (quando não atendidos pelos relatórios da aplicação);

7. DISPONIBILIDADE

- 7.1. Consiste no percentual de tempo no qual o serviço está operacional, avaliado no último dia de cada mês.
- 7.2. O serviço deve estar disponível para uso mensal, ao menos 99,5% do tempo.

| INDICADOR | META |
|-----------------|-----------------|
| DISPONIBILIDADE | >= 99,5% ao mês |

8. FORMA DE MENSURAÇÃO

- 8.1. A disponibilidade mensal dos acessos considera que os serviços devem estar disponíveis 7 dias por semana, 24 horas por dia, 365 dias por ano, exceto em paradas programadas.
- 8.2. Todas as paradas para manutenção do serviço pela CONTRATADA deverão ser previamente acordadas com a CONTRATANTE e esse período de manutenção preventiva não será contabilizado como período de indisponibilidade.
- 8.3. As manutenções programadas deverão ser comunicadas com, no mínimo, 1 (uma) semana de antecedência.
- 8.4. O número máximo de manutenções programadas por mês será 1 (uma) e o tempo máximo de manutenção será de 2 (duas) horas.
- 8.5. Para o cálculo de disponibilidade, deverão ser considerados todos os incidentes de interrupção do serviço, desde a hora zero do primeiro dia do mês até as vinte e quatro horas do último dia do mês medido, sendo expressa em porcentagem através da seguinte fórmula:

$ID = [(HT - HJ - HI) / HT - HJ] \times 100$, onde:

ID = Índice de Disponibilidade

HT = horas Totais no mês = 24 horas x (número de dias no mês)

HJ = horas de indisponibilidade Justificada no mês

HI = horas de indisponibilidade Injustificada no mês

Exemplo para um mês com 30 dias, que houve 2 paradas programadas para manutenção totalizando 4 horas e indisponibilidade de 5 horas:

$HT = (24 \times 30) = 720$ horas no mês

HJ = 4 horas de manutenção previamente avisadas, no mês

HI = 5 horas de parada do serviço, no mês

$ID = [(720 - 4 - 5) / 720 - 4] \times 100 = [711/716] \times 100 = 99,30\%$ do tempo disponível

Observação: Dado o índice de disponibilidade desejado de 99,5%, para simplificar a medição, desprezamos da fórmula as horas justificadas e consideramos todos os meses com 30 dias. Chegaremos então, a um máximo de indisponibilidade de 3,6 horas por mês:

$HI = (HT - HJ) - [(ID/100) \times (HT - HJ)]$ ou $HI = HT - [(ID/100) \times HT]$

$HI = (24 \times 30) - [(99,5/100) \times (24 \times 30)]$ ou $720 - (0,995 \times 720)$

HI = 3,6 horas

9. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DE SERVIÇO

- 9.1. Os Níveis de Serviço definem critérios objetivos e mensuráveis estabelecidos com a finalidade de aferir e avaliar os desempenhos relacionados com os serviços contratados, conforme apresentado mais adiante. Neles encontram-se definidos: a maneira pela qual estes fatores serão avaliados; o nível mínimo aceitável; e os descontos a serem aplicados na fatura mensal, quando o serviço prestado não alcançar o nível esperado.
- 9.2. Para o acompanhamento e avaliação dos serviços prestados pela CONTRATADA serão adotados Níveis Mínimos de Serviço (NMS).
- 9.3. Os Indicadores devem ser considerados e entendidos pela CONTRATADA como um compromisso e comprometimento de qualidade que está assumindo para a prestação dos serviços.
- 9.4. Eventualmente poderão existir impedimentos técnicos para o atendimento dos prazos previamente estabelecidos para uma demanda ou indicador. Nestes casos, a CONTRATADA deverá notificar formalmente o BANDES, informando os motivos deste impedimento e, caso aceito, o atraso não será considerado na apuração do nível de serviço.
- 9.5. As apurações dos Indicadores deverão constar dos Relatórios de Acompanhamento ou outro formato definido pelo BANDES, onde será possível verificar a efetividade da prestação do serviço e permitir a depuração do processo.
- 9.6. Os pagamentos dos marcos e demandas serão proporcionais ao atendimento das metas estabelecidas nos Indicadores, observando-se o seguinte:
- 9.7. As adequações nos pagamentos estarão limitadas a uma faixa específica de tolerância, conforme NMS, na qual a CONTRATADA se sujeitará às sanções previstas;
- 9.8. A apuração dos Indicadores de Nível de serviço será, a princípio, mensal, podendo ser adequada de acordo com o prazo previamente acordado na Ordem de Serviço. A apuração acontecerá mediante a análise dos resultados na execução dos serviços e poderá resultar em glosas caso a CONTRATADA não cumpra com o seu compromisso de qualidade, produtividade e pontualidade na entrega das demandas.
- 9.9. Durante o período de execução do contrato os serviços estarão sendo avaliados, quanto ao atendimento dos índices estabelecidos, que poderão ser revistos e sofrer adequações e aprimoramentos ao longo do tempo, mediante justificativa e de comum acordo entre o BANDES E A CONTRATADA.
- 9.10. A ocorrência de reiteradas faltas e falhas no cumprimento de prazos, produtividade e de qualidade dos serviços, caracterizará desídia da CONTRATADA e ensejará a aplicação das penalidades previstas no contrato.
- 9.11. Para aplicação das penalidades acima descritas fica assegurado e garantido o direito de defesa prévia em regular processo administrativo a ser instaurado para apuração das faltas e falhas.

10. INDICADORES DE DESEMPENHO

- 10.1. A constatação da garantia de serviço será evidenciada pela análise dos indicadores apresentados em relatórios estatísticos mensais emitidos pela CONTRATADA. Os relatórios deverão conter, no mínimo, os seguintes itens para o circuito fornecido:
 - 10.1.1. Lista dos períodos de indisponibilidade;
 - 10.1.2. Cálculo do índice de disponibilidade mensal;
 - 10.1.3. Gráfico de tempo de resposta das consultas, ou seja, acionado determinada consulta quanto tempo leva para obter a resposta;
- 10.2. A CONTRATADA deverá gerenciar proativamente o circuito de acesso provendo, independente de demanda específica da CONTRATANTE, as seguintes ações:

- 10.2.1. Informar a CONTRATANTE sempre que houver queda ou instabilidades;
- 10.2.2. Informar previamente a CONTRATANTE sobre manutenções em sua rede que venham a prejudicar a disponibilidade ou desempenho do serviço;
- 10.2.3. Se possível, intervir antecipadamente ou imediatamente nos casos de queda de desempenho ou indisponibilidade.

11. INDICADORES DE NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO

11.1. O descumprimento dos níveis mínimos de serviço definidos ensejará a aplicação das penalidades previstas neste Contrato.

11.2. Os indicadores de nível mínimo de serviço previstos são:

| CÓDIGO | NOME | OBJETIVO |
|--------|---|--|
| IDP | Índice de Descumprimento de Prazo (requisições) | Para todas as entregas, mostrar o nível de descumprimento dos prazos acordados. |
| IDP-AS | Índice de Desconformidades de Prazos no Atendimento do Suporte Técnico e Operacional de Sistemas (incidentes) | Garantir que o atendimento a incidentes sejam realizadas no tempo considerado adequado pela CONTRATADA, segurando assim a continuidade dos serviços computacionais |
| IND | Índice de tempo de disponibilidade. | O cumprimento do percentual de disponibilidade conforme item 7.2. |

11.3. A gestão e fiscalização do contrato se darão mediante o estabelecimento e acompanhamento de indicadores de desempenho que comporão os Níveis Mínimos de Serviços (NMS) previstos em contrato.

11.4. Os níveis de serviços mensurados em tempo levarão em consideração horas e minutos.

11.5. Os níveis NMS vigorará por todo o prazo contratual e se pautará pelo seguinte:

11.5.1. Indicador de Descumprimento de Prazo (IDP)

| Item | Descrição |
|-------------------------|---|
| Finalidade | Garantir o prazo de entrega dos produtos |
| Meta a cumprir | IDP <= 3% Ou seja, a meta é ter no máximo de 3% de atraso |
| Instrumento de medição | Ferramenta para Registro |
| Forma de acompanhamento | Dias úteis de atraso na entrega da solução do problema. |
| Periodicidade | Mensal. |
| Mecanismo de Cálculo | Observações: |

| | | |
|--------------------------------------|---|--|
| | <p>1. Utilizar, na apuração do resultado, sempre duas casas decimais, sem arredondamento;</p> <p>2. Os dias de atraso serão contabilizados até a data do faturamento, caso a requisição permaneça em atraso nos meses subsequentes o indicador será novamente aplicado considerando o somatório de todos os dias úteis de atraso. Esse procedimento se repetirá a cada mês até a entrega da requisição. Considerar a tabela do item 10.1.</p> | |
| Aplicação de Nível de Serviço | 0 até 3% | Sem aplicação de Fator de Nível de Serviço |
| | De 3,01% até 5% | Advertência |
| | De 5,01% até 10% | Aplicação de Glosa de 1% do valor total a ser pago da fatura mensal |
| | De 10,01% até 15% | Aplicação de Glosa de 2% do valor total a ser pago na fatura mensal |
| | De 15,01% até 20% | Aplicação de Glosa de 3% do valor total a ser pago na fatura mensal |
| | De 21,01% até 25% | Aplicação de Glosa de 4% do valor total a ser pago na fatura mensal |
| | De 25,01% até 30% | Aplicação de Glosa de 5% do valor total a ser pago na fatura mensal |
| | De 30,01% até 35% | Aplicação de Glosa de 6% do valor total a ser pago na fatura mensal |
| | De 35,01% até 40% | Aplicação de Glosa de 7% do valor total a ser pago na fatura mensal |
| | De 40,01% até 42% | Aplicação de Glosa de 8% do valor total a ser pago na fatura mensal |
| | De 42,01% até 50% | Aplicação de Glosa de 9% do valor total a ser pago na fatura mensal |
| | Acima de 50% | Aplicação de Glosa de 10% do valor total a ser pago na fatura mensal |

11.5.2. Índice de Desconformidades de Prazos no Atendimento do Suporte Técnico e Operacional de Sistemas (IDP-AS)

| Item | Descrição | |
|--------------------------------------|--|---|
| Finalidade | Garantir o prazo de atendimento | |
| Meta a cumprir | Sem atrasos no atendimento | |
| Instrumento de medição | Ferramenta para Registro | |
| Forma de acompanhamento | Total de horas úteis de atraso por correções de defeitos (manutenção corretiva). | |
| Periodicidade | Mensal | |
| Mecanismo de Cálculo | Total de horas de atraso, considerando a tabela descrita no item 6.4 | |
| Aplicação de Nível de Serviço | Emergencial | Aplicação de Glosa de 0,2% do valor total a ser pago da fatura mensal por hora de atraso |
| | Crítico | Aplicação de Glosa de 0,1% do valor total a ser pago da fatura mensal por hora de atraso |
| | Moderado | Aplicação de Glosa de 0,05% do valor total a ser pago da fatura mensal por hora de atraso |

11.5.3. Índice de tempo de disponibilidade (IDN)

| Item | Descrição |
|--------------------------------|---|
| Finalidade | Garantir o prazo de disponibilidade |
| Meta a cumprir | Mínimo de 99,5% |
| Instrumento de medição | Ferramenta para Registro |
| Forma de acompanhamento | Relatório de disponibilidade do serviço |
| Periodicidade | Mensal |
| Mecanismo de Cálculo | Os relatórios mensais de disponibilidade deverão ser avaliados e aprovados pelo BANDES, seguindo a formula: |

| | | |
|--------------------------------------|---|--|
| | <p> $ID = [(HT - HJ - HI) / HT - HJ] \times 100$, onde: ID = Índice de Disponibilidade HT = horas Totais no mês = 24 horas x (número de dias no mês) HJ = horas de indisponibilidade Justificada no mês HI = horas de indisponibilidade Injustificada no mês Conforme descrito no item 9.7. </p> | |
| Aplicação de Nível de Serviço | Igual ou acima de 99,5% | Sem aplicação de Fator de Nível de Serviço |
| | De 95% até 99,4% | Aplicação de Glosa de 2% do valor total a ser pago da fatura mensal |
| | De 90% até 94,9% | Aplicação de Glosa de 4% do valor total a ser pago na fatura mensal |
| | De 85% até 89,9% | Aplicação de Glosa de 6% do valor total a ser pago na fatura mensal |
| | Inferior a 84,9% | Aplicação de Glosa de 10% do valor total a ser pago na fatura mensal |